

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS – PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

ADRIANO ALVES ROLIM

**OS AGENTES PENITENCIÁRIOS E O EXERCÍCIO DO PODER DE
POLÍCIA NO ESTADO DE RONDÔNIA**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MONOGRAFIA**

**Cacoal-RO
2016**

ADRIANO ALVES ROLIM

**OS AGENTES PENITENCIÁRIOS E O EXERCÍCIO DO PODER DE
POLÍCIA NO ESTADO DE RONDÔNIA**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Prof. Francisco Gonçalves Quilhes – Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, elaborada sob a orientação da Professora M.^a Ozana Rodrigues Boritza.

**Cacoal-RO
2016**

OS AGENTES PENITENCIÁRIOS E O EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA NO ESTADO RONDÔNIA

Por

Adriano Alves Rolim

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia – *Campus* Prof. Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

Professora M.^a Ozana Rodrigues Boritza. - UNIR - Presidente

Professora M.^a. - UNIR - Membro

Professor M.^a. - UNIR - Membro

Cacoal,.....de.....2016.

Dedico este trabalho aos meus amados pais, Ambrósio e Maria por sempre acreditarem em meu potencial e por sempre me apoiarem. A minha amada esposa Maria por vibrar com minhas vitórias.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus por me ajudar nos momentos difíceis e por permitir que finalizasse mais uma etapa de minha vida.

A minha orientadora, Professora M.e Ozana, pela paciência e disponibilidade em transmitir seus conhecimentos.

A Professora M.e Daeane Zulian Dorsst, pelo empenho e dedicação acima da média para com os acadêmicos.

A minha melhor amiga e companheira e esposa Maria Silva Villas Boas Rolim, por toda compreensão que teve comigo nesta fase final do curso.

RESUMO

O trabalho em questão apresenta a verificação de cabimento do poder de polícia nas atividades dos Agentes Penitenciários do Estado de Rondônia. Traz à baila o conflito de princípios constitucionais acerca do tema. Sabe-se que os órgãos de segurança pública são previstos pela constituição federal em seu artigo 144, elencando os órgãos que compõem, a estes sendo atribuído o poder de polícia em seus atos, fora destes se encontra a figura do Agente Penitenciário que praticam atividades semelhantes dentro das unidades prisionais do Estado, mas em tese não detém o poder de polícia que validam suas ações, sem o devido reconhecimento jurídico fica a mercê dos eventos comuns e próprios do sistema a qual trabalham ficando a beira da ilegalidade jurídica, neste contexto, uma análise funcional entre a profissão em questão comparada com a do Soldado da Polícia Militar, objetivando verificação de similaridade e existência do poder de polícia nas ações práticas. Para sua realização foi utilizado o método da dogmática e zetética e o procedimento técnico aplicado foram de pesquisa de campo e bibliográfica.

Palavras-chave: Poder de Polícia. Segurança Pública. Agente Penitenciário. Universo Prisional.

ABSTRACT

This work presents the verification of the suitability of the police power in the activities of Correctional Agents of the State of Rondonia. It brings up the conflict of constitutional principles about the subject. It is well known that the public security agencies are fixed by the Federal Constitution in Article 144, listing the agencies that compose the list, these being assigned the police power in their acts. Out of these list is the figure of the penitentiary agent who practice similar activities inside the state's prisons, but in theory does not hold the police power that validate their actions. Without the law recognition, these agents are left to the whims of common and own events of the system which they work, staying on the edge of the illegality. In this context, a functional analysis that compares the profession in question, and the Military Police Soldier is required to check similarity and existence of the police power in practical actions. For its realization was used the method of juridical dogmatic and zetetic and the technical procedure applied were field research and literature.

Keywords: Police Power. Public security. Prison guard. Prison universe.

LISTA DAS QUADROS E GRÁFICOS

Gráfico 01.....	29
Quadro 01.....	31
Gráfico 02.....	32
Gráfico 03.....	33
Quadro 02.....	34
Gráfico 04.....	35
Gráfico 05.....	35
Quadro 03.....	46
Quadro 04.....	46
Quadro 05.....	47
Quadro 06.....	48
Quadro 07.....	51
Gráfico 06.....	54
Gráfico 07.....	55
Gráfico 08.....	56
Quadro 08.....	57

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 DO PODER DE POLÍCIA.....	13
1.1 ORIGEM.....	13
1.2 CONCEITO	15
1.3 ATUAÇÃO	17
1.4 LIMITAÇÃO	18
1.5 CARACTERÍSTICAS ATRIBUTOS DO PODER DE POLÍCIA	20
1.5.1 Discricionariedade	20
1.5.2 Coercibilidade.....	21
1.5.3 Autoexecutoriedade	22
2 AGENTE PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PODER DE POLÍCIA.....	24
2.1 AMBIENTES INSTITUCIONAIS	25
2.2 PROFISSÃO: DO CONTRATO À PRÁTICA	26
2.3 PERFIL DO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DE RONDÔNIA	27
2.4 SITUAÇÕES DE CONFLITOS DENTRO DAS UNIDADES PRISIONAIS	30
2.4.1 Classificação das ocorrências	31
2.5 PERFIL DO PRESIDIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA.	33
2.6 SÍNDROME COMPORTAMENTAL PRESENTE NO OFÍCIO DO AGENTE PENITENCIÁRIO	37
2.6.1 O Fenômeno da Prisionização	38
2.6.2 O efeito da prisionização sobre Agente Penitenciário	38
3 PODER DE POLÍCIA DENTRO DO ÂMBITO PENITENCIÁRIO.....	42
3.1 AS ATIVIDADES PREVISTAS NO OFÍCIO DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS	

TIPIFICADAS PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO	46
3.2 DADOS OBTIDOS EM PESQUISA DE CAMPO NA CASA DE DETENÇÃO DE CACOAL/RO	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS.....	62
OBRAS CONSULTADAS	66
APÊNDICE.....	67

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como finalidade analisar se as atividades dos agentes penitenciários de Rondônia podem ser consideradas como exercício do poder de polícia no universo penitenciário, com base nas análises dos aspectos doutrinários e jurisprudenciais, assim como, comparação funcional ao poder atribuído ao policial militar por via pesquisa de dados.

Buscando abordar os aspectos gerais do chamado poder de polícia e suas atribuições na esfera da segurança pública, analisando se assim, os direitos e deveres dos servidores que os detém, as suas modalidades e os requisitos necessários para sua efetivação. Analisando se este “poder” atribuído e presente nas forças de segurança do estado e o poder de coerção adotado e praticado pelos agentes penitenciários em âmbito prisional se assimilam por bases jurídicas e confrontamentos funcionais práticos.

Compondo se um perfil do agente penitenciário e do meio o qual trabalha, objetivando conhecer e compreender para delinear suas atribuições frente à segurança pública no estado de Rondônia.

A Constituição Federal foi desenvolvida com o propósito de estabelecer aos cidadãos direitos e deveres, sempre voltados para o coletivo a fim de preservar e proteger a sociedade, para alguns agentes administrativos foi atribuído poder sobre os demais como forma de manutenção e efetivação da ordem, com a finalidade, do bem comum de todos.

Aos indivíduos que transgridam as leis, incidindo-se assim sobre o bem-estar da coletividade e a propriedade, sofre a coerção do poder do Estado após julgamento e condenação pelos seus crimes cometidos, serão postos a margem da sociedade introduzidos em unidades prisionais, com a sua liberdade cerceada a fim de serem ressocializados, para que posterior ao cumprimento de sua pena possam

ser aceitos novamente ao convívio social.

Uma sociedade não pode absorver a vingança como justiça ou como meios próprios de controle social, sem direito à defesa ou julgamento justo a fim de condenar ou comprovar o grau de inocência.

Segundo Meirelles (2007, p. 84) Poder de Polícia é a “faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado”.

A insurgência frente à autoridade constituída se torna frequente à medida que a disciplina ocupação funcional se torna ferramentas de segundo plano, decorrente das faltas de políticas prisionais adotadas as unidades, dando lugar à ociosidade e condições sanitárias precárias e infinitos pontos favoráveis para a degradação psicossocial do indivíduo, o transformando-o em uma engrenagem dentro de um sistema complexo, onde o combustível e o “ódio” são o produto final e o “caos”.

O poder de polícia no sistema administrativo brasileiro versa sobre a imposição dos limites ao direito de liberdade da sociedade, de modo simplificado, o poder de polícia foi criado para não permitir que o interesse individual prevaleça sobre o coletivo, mesmo esta sociedade estando inoculada em outra, Portanto em análise aos critérios do uso do poder de polícia no exercido pelo Estado nas áreas de segurança pública, previstos na constituição Federal no art. 144. que versa sobre as entidades pertencentes à chamada esfera da segurança pública, a exemplo das polícias, Federal, Militar, Civil e o Corpo de Bombeiro, estando fora desta esfera e se encontra a Secretaria de Justiça do Estado de Rondônia (SEJUS) secretaria responsável pela custódia dos presidiários do estado tendo os Agentes Penitenciários, sua principal força motriz para efetivação e manutenção da ordem e disciplina dentro das instituições prisionais, tendo suas atividades tipificadas como vigilantes, e não como agente de segurança público de tal maneira que juridicamente não podem deter o poder de polícia já citado anteriormente.

Tal poder é reconhecido pela Lei Nº 13.190, de 19 de novembro de 2015, em seu Art. 83-B, onde a sua existência é comprovada quando sua indelegabilidade para agentes terceirizados (não concursados), neste contexto possibilita sinalizar sua existência, o estudo parte de modelos comparativos entre as forças citadas e presentes na sociedade e a usada no âmbito prisional, visando entendimento real em detrimento as atividades laborais dos agentes penitenciários do estado de

Rondônia, propositando se assim analisar a existência prática do poder de polícia, abordando suas limitações, princípios que o norteia previstos no ordenamento jurídico brasileiro.

Pela grandeza do tema abordado e com a finalidade de promover a apreciação e acréscimo ao mesmo, o método empregado tem como base o raciocínio dedutivo, partindo de estudos de princípios, leis e teorias apontadas como inquestionáveis, visando se assim, profundidade ao conhecimento do poder de polícia em sua gênese, assim como, sua existência frente às atividades praticadas no âmbito prisional.

Sendo uma pesquisa de caráter exploratória, considerando que tem por finalidade proporcionar maiores informações sobre o assunto elencado, permitindo a demarcação do tema proposto à pesquisa; assim como, norteando a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses necessárias.

Quanto à forma de abordagem do problema trata-se de pesquisa quantitativa o que significa traduzir opiniões e números em informações quantificáveis para então obter a análise dos dados e posteriormente chegar a uma conclusão.

Sendo o objeto da pesquisa em foco, critérios de leis e fatos de direito, seu desenvolvimento originou-se nos métodos dogmático e zetético, predominando o aspecto zetético de análise jurídica.

1 DO PODER DE POLÍCIA

Presente no sistema administrativo brasileiro, uma série de deveres aos agentes públicos, correlacionados ao uso, gozo e disposição da propriedade e com pleno uso dos exercícios da liberdade. Verificando se assim a existência de dois aspectos fundamentais para assegurar a organização e atuação, o primeiro são as prerrogativas que são os meios para garantir o exercício de suas atividades e a segunda são as sujeições, sendo os limites impostos à administração que segue sempre com o intuito maior de garantir os direitos dos cidadãos em sua coletividade, para que o próprio desenvolvimento do exercício destes pela autonomia particular, não venha a se traduzir em lesão a interesse alheio.

1.1 ORIGEM

A origem do termo “poder se polícia” vem sempre associado ao poder do Estado em delegar leis acerca dos direitos e deveres sobre os indivíduos e propriedades, alegando se sempre o bem maior da sociedade e o coletivo acima do interesse individual. Martins (2006, p. 2), traz um contexto histórico a cerca da expressão:

A expressão poder de polícia ingressou pela primeira vez na terminologia legal no julgamento da suprema corte norte-americana, no caso Brown x Maryland, de 1827; a expressão fazia referencia ao poder dos Estados-membros de editar leis limitadoras de direitos, em benefício do interesse coletivo.

Constata-se que o Poder de Polícia foi instituído e outorgado aos integrantes da Administração Pública a fim de evitarem as colisões entre o exercício dos direitos individuais e de todos os direitos indivíduos presentes na da sociedade.

O poder de polícia advém do período feudal, em meados do século XV, na Alemanha, onde se tinha como detentor nato de um poder chamado “jus politea” um príncipe, este que sempre delegava ordens, afim de que tudo ocorresse em sua perfeição, além de que o bom costume se mantivesse na sociedade civil, tudo em conformidade com o Estado, entretanto, a igreja permanecia mantedora da boa ordem moral e religiosa.

O termo “poder” em seu significado mais claro se dá ao entendimento de

Guimarães (2004, p. 430):

Uma força iminente do Governo para atingir sua finalidade; possibilidade legal de agir, de fazer. Direito de ordenar, de fazer-se obedecer, pela força coercitiva da lei ou das atribuições de que se reveste o cargo de que está investido quem tem a faculdade de ordenar.

Este direito de polícia do príncipe começou a ser mitigado e restringido, primeiramente pelas atividades e poder provenientes da igreja, e posteriormente decorre a sofrer mudanças significativas também nas atividades militares, ficando voltadas unicamente as atividades internas da Administração, decorre se assim a diferenciação entre justiça e polícia, desta maneira, a justiça propriamente dita, longe da jurisdição do príncipe, e voltada apenas aos juízes e a polícia, onde as normas editadas e proclamadas pelo príncipe eram postas em vigor, contudo sem dar chance alguma de apelo junto aos tribunais pelos indivíduos, e para toda ação do estado direcionada ao bem-estar dos administradores, passou a ser chamada de poder de polícia.

Di Pietro (2002, p. 94) conceitua de forma clássica o poder de polícia como sendo: “Pelo conceito clássico, ligado à concepção liberal do século XVIII, o poder de polícia compreendia a atividade estatal que limitava o exercício dos direitos individuais em benefício da segurança”.

O poder de polícia até atualmente cresceu exponencialmente e tão logo abrangeu novas áreas e questões diferentes da segurança, no início a própria segurança estava diretamente ligada à ordem pública, posteriormente passou a tratar de assuntos referentes à ordem social e econômica, por exemplo, algumas medidas pertinentes ao exercício das profissões, ao patrimônio histórico e artístico nacional, aos espetáculos públicos, à saúde, ao meio ambiente, tendo como principal intuito, o de preservar o direito individual de cada cidadão.

Sendo atribuída a polícia a missão de manter e preservar a ordem, a tranquilidade, seja prevenindo, fiscalizando os cidadãos e realizando sanções para quem vier a descumpri-las, o termo “polícia” passou a ser usado em várias outras atividades no sistema administrativo brasileiro, surgindo a polícia judiciária, administrativa e sanitária (ramo da polícia administrativa), sendo atribuídos ao Estado, poderes expressos em lei a que se refere ao poder de polícia e o seu pleno desenvolvimento pela primeira vez na Constituição 1824, art. 169.

1.2 CONCEITO

Uma nova classificação passa a separar a polícia em duas classes: polícia de segurança e polícia administrativa, onde nesta bifurcação fica compreendido que a polícia de segurança tem-se, por objetivo defender os direitos dos indivíduos e do Estado, e a polícia administrativa fica como a tutela da ordem administrativa.

Em Meirelles (2007, p. 127), conceitua Poder de Polícia como a faculdade de que dispõe a administração Pública para condicionar e restringir o uso, o gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.

Na obra Di Pietro (2002, p. 94) verifica-se: “Pelo conceito moderno, adotado no direito brasileiro, o poder de polícia é a atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público”. Foi observado durante o desenvolvimento e coleta de dados, várias críticas, apontadas pela doutrina, em detrimento ao termo e conceito do poder de polícia, onde interpretações a cerca de tal poder como sendo limitador e regulador, no entanto, será adotado o termo poder de polícia ao desenvolver deste trabalho, haja vista que é recepcionada em texto legal pela Constituição Federal. Tem-se que para Di Pietro, (2002, p. 87):

O serviço público como "todo aquele prestado pela Administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade, ou simples conveniências do Estado". O conceito é um pouco mais [...] porque, ao fazer referência à Administração e não ao Estado, exclui as atividades legislativa e jurisdicional. No entanto, ainda é amplo, porque não distingue o poder de polícia do serviço público. Vale dizer, abrange todas as atividades exercidas pela Administração Pública.

Foi criada a polícia em uma iniciativa de prevenção ou mesmo na tentativa de prevenção ou repressão dos danos sociais, reprimindo os atos que possam colocar em risco os interesses coletivos e comuns da sociedade, mas não se pode confundir a expressão poder "de" polícia com poder "da" polícia, o poder "de" polícia é que fundamenta o poder "da" polícia.

O poder de polícia é a causa, o fundamento, sendo que a polícia é a consequência, atuando como a faculdade discricionária do Estado de limitar a liberdade individual, ou coletiva, em prol do interesse público. Faria (2000, p. 206-207), a saber:

Pode-se afirmar que poder de polícia, em sentido estrito, é a atribuição legal conferida à Administração Pública para, no exercício de suas competências (regrada ou discricionária), promover a fiscalização do exercício do direito de propriedade e de liberdade, com vistas a evitar abusos em prejuízos da coletividade ou do Estado. Para isso, pode valer-se de seus meios próprios, nos limites da lei, para coibir os atos lesivos e impor sanções previstas em lei.

Tendo três elementos essenciais para defini-los como poder de polícia sendo estes elementos: o da fonte de que provém, o escopo (de natureza teleológica) e o terceiro elemento que diz respeito in concreto, às limitações a qualquer tipo de atividade que possa perturbar a vida em comum, evitando se assim, danos à coletividade pela ação de particular.

O surgimento e a necessidade deste poder proveniente do direito administrativo, que se contrapõem em relação aos direitos individuais, colocam em confronto dois aspectos e forças opostas, de um lado a autoridade da Administração Pública, que almeja o condicionamento do exercício dos direitos individuais sobre o bem estar coletivo, que atua de forma coerciva, e do outro lado a liberdade individual. Os indivíduos em sua coletividade devem fundar-se nos limites motivados pelo poder público, no exercício de sua atividade particular, pois, este poder é quem define e fundamenta perante as leis e as garantias fundamentais dos cidadãos.

Em consonância entre muitos doutrinadores o poder de polícia permite explicar a verdadeira realidade e dar sentido a um poder da administração em impor e transmitir limites de caráter direto, as liberdades básicas em defesa do bem comum baseado na lei. Em detrimento ao tema observamos opiniões de vários doutrinadores a respeito do conceito de Poder de Polícia. Meirelles (2007, p. 127):

Poder de polícia é a faculdade Poder de Polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.

Observa se em Moraes (2005, p. 79):

O Poder de Polícia é a faculdade concedida á administração pública para restringir e condicionar o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em busca da coletividade ou do próprio Estado, em busca da preservação da ordem pública e do estabelecimento de regras de conduta necessária e suficientes para evitar conflitos e compatibilizar direitos.

O conjunto de atribuições pertinentes e cedidas a Administração para

disciplinar e limitar, em favor deste interesse público ajustando, direitos e liberdades individuais. Cita-se também Meirelles (2007, p. 128):

O Poder de Polícia em seu sentido amplo compreende um sistema total de regulamentação interna, pelo qual o Estado busca não só preservar a ordem pública senão também estabelecer para a vida de relações do cidadão àquelas regras de boa conduta e de boa vizinhança que se supõem necessárias para evitar conflito de direitos e para garantir a cada um o gozo ininterrupto de seu próprio direito, até onde for razoavelmente compatível com o direito dos demais.

Ao observar os vários conceitos alusivos ao poder de polícia, contudo muito dos autores referem-se a este conceito como sendo o interesse geral da sociedade, sempre levando em consideração a liberdade individual e de propriedade. Tem-se ainda Medauar (2004, p. 390):

Poder de polícia é a faculdade de manter os interesses coletivos, de assegurar os direitos individuais feridos pelo exercício de direitos individuais de terceiros. O poder de polícia visa à proteção dos bens, dos direitos, da liberdade, da saúde, do bem-estar econômico. Constitui limitação à liberdade e os direitos essenciais do homem.

Sendo a atividade de polícia que também envolve medidas concretas e privativas como as licenças, autorizações e imposições do Poder Público. Assim como a fiscalização das atividades e bens sujeitos ao domínio da Administração de modo a examinar as condições e requisitos para o uso da propriedade e o pleno exercício das atividades regulamentadas.

1.3 ATUAÇÃO

Tendo o Poder de Polícia adquirido seu status e ganhado espaço dentro da administração pública, tornando se vital para a sociedade organizada, mantendo e protegendo os interesses dos bens públicos, primando pela discricionariedade a livre escolha que a Administração Pública tem para, na circunscrição da lei, exercendo através da avaliação da oportunidade e conveniência.

Assim como afirma, Meirelles (2007, p. 136). “Desde que o ato de polícia administrativa se contenha nos limites legais e a autoridade se mantenha na faixa de opção que lhe é atribuída, a discricionariedade é legítima”.

Tendo assim o poder de polícia se expandindo em vários setores da

Administração Pública sempre objetivando pelas garantias do bem estar da sociedade em sua totalidade, tendo sua atuação inicialmente através de atos normativos de alcance geral e ate mesmo de atos específicos e concretos.

Podendo-se ainda perceber o poder de polícia em atuação nas mais variadas áreas de atuação elencadas, como as demonstradas na doutrina de Melo (2015, p. 683):

Polícia de caça, destinada à proteção da fauna terrestre; polícia de pesca, volvida à proteção da fauna aquática; polícia de divertimentos públicos, visando à defesa dos valores sociais suscetíveis de serem feridos por espetáculos teatrais, cinematográficos; polícia florestal, destinada à proteção da flora; polícia de pesos e medidas, para a fiscalização dos padrões de medida, em defesa da economia popular; polícia de tráfego e trânsito, para a garantia da segurança e ordem nas rodovias; polícia dos logradouros públicos, destinada à proteção da tranquilidade pública; polícia sanitária, voltada à defesa da saúde pública (controle de medicamentos, higiene, índices acústicos); polícia da atmosfera e das águas, para impedir suas respectivas poluições; polícia edilícia, relativa às edificações, etc.

O Código Tributário Nacional - Lei nº 5.172 de 25 de Outubro de 1966 em seu Parágrafo único. “Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária sem abuso ou desvio de poder”. Diante dessa previsão legal, as atividades dos Agentes Penitenciários de Rondônia, exercidas no universo penitenciário se assemelham por comparação e normatização frente às demais que faz uso do poder de polícia em suas atividades laborais.

1.4 LIMITAÇÃO

Sendo um ato discricionário, o poder de polícia possui alguns limites quanto à competência impostos pela lei, quanto a sua forma, aos fins ou ao objeto, sempre objetivando o atender ao interesse público, podendo ser acarretado à nulidade do ato, a fuga a regra incidiu em desvio de poder pela autoridade, sofrendo as consequências cabíveis nas esferas civil, penal e administrativa, sendo totalmente escuso todo ou qualquer benefício em face do interesse publico sem nunca ir além do indispensável para a satisfação do mesmo interesse público a que visa proteger.

A sua finalidade é assegurar o exercício pleno dos direitos individuais,

condicionando-os ao bem-estar social, de modo que só poderá reduzi-los quando estiver em conflito com interesses objetivados e maiores da coletividade e sempre na medida estritamente necessária desenvolvimentos dos fins estatais. Di Pietro (2002, p. 108).

Como todo ato administrativo, a medida de polícia, ainda que seja discricionária, sempre esbarra em algumas limitações impostas pela lei, quanto à **competência** e à **forma**, aos **fins** e mesmo com relação aos **motivos** ou ao **objeto**; quanto aos dois últimos, ainda que a Administração disponha de certa dose de discricionariedade também deverá exercida nos limites traçados pela lei. (Grifo do autor).

Sendo de difícil compreensão prática aos que executam os atos de polícia tendo que estabelecer distinção entre discricionariedade e a arbitrariedade a fim de se aterem a todos os limites legais pertinentes ao poder de polícia, não usando de arbitragem mantendo a proporcionalidade entre a infração e a coerção praticada, assim, prezando sempre para o bom senso durante a aplicação do ato evitando se assim um efeito danoso à convivência pelo mau uso das prerrogativas.

Objetivando sempre a necessidade do cercearem o dano, contudo de forma adequada, evitando se assim a transposição do limite do direito individual, adequando se a medida tomada é adequada de fato para conter o dano, se indagando se o ato é realmente é realmente razoável e não arbitrário.

Na Lei Federal LEI Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966, em seu artigo 78, além de caracterizar o que é o poder de polícia, alerta acerca de desvio de poder.

Parágrafo único. Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária sem abuso ou desvio de poder.

Desta vertente, a observação dos limites impostos e necessário à discricionariedade, vedando se assim qualquer manifestação de arbitrariedade ou exercício em decorrência do agente do poder de polícia, em decorrência ao ato administrativo que for praticado com vícios de competência, ilegalidades, ilegitimidades, ou venham a contrariar o interesse público, concorrerá à definição de um ato ilegal, praticado em detrimento ao abuso ou desvio de poder.

1.5 CARACTERÍSTICAS ATRIBUTOS DO PODER DE POLÍCIA

Em todas as sociedades as normas de condutas, aspectos culturais, políticos e religiosos são pilares fundamentais para a manutenção da ordem e desenvolvimento de se seus concidadãos. Para que a sociedade se mantenha uniforme e progressiva em seus direitos e deveres as leis regras e normas foram criados indivíduos pertinentes à sociedade, foram lhe atribuídos poder sobre os demais como forma de manutenção e efetivação da ordem, a fim do bem comum de todos a tal maneira que se validam suas ações e repreensões frente a esta sociedade, dentre os que mantêm a ordem e o total comprimento delas estão os agentes da lei, que são legitimados pelo estado para funções diversas, mas todas voltadas ao bem comum, voltadas a fim de evitar o poder do mais forte sobre o mais fraco ou a eclosão de crimes contras as normas de condutas voltadas ao indivíduo ou patrimônio do mesmo. Como exemplifica Martins (2006, p. 1):

A partir do momento em que o homem passou a viver em sociedade, foi necessário criar normas e regulamentos para se condicionar o bem-estar da coletividade. Para alcançar esse objetivo, foram criadas as Constituições e as leis infraconstitucionais, dando aos cidadãos vários direitos, mas o exercício desses direitos deveria ser compatível com o bem-estar.

Observa-se que por algum motivo não houver a incidência destas características ou até mesmo for baseado em outro tipo de vínculo, o ato de polícia não existirá.

1.5.1 Discricionariedade

São vários os casos onde a Administração terá que decidir por qual e o melhor meio, ocasião e sanção aplicável para determinada conjuntura. Neste dado momento o poder de polícia é discricionário, pois fica para a Administração com o mérito de escolher a melhor forma de deliberar por determinada situação. Como é exemplificado por Cunha (2011, p. 2):

Na realidade, a discricionariedade é intrínseca às três características principais do poder de polícia, pois ao ser aplicado à auto-executoriedade, é feito um julgamento por quem o aplica, e esse julgamento é discricionário. E quando exercida a coercibilidade, a ação imperativa imediata é um ato discricionário. Assim, e desde que o ato de polícia administrativa se contenha nos limites legais, e a autoridade se mantenha na faixa de opção

que lhe é atribuída, a discricionariedade é legítima.

Mesmo presente em grande parte das medidas adotadas pela polícia ela não ocorre em sua totalidade, proporcionando certa margem que possibilita de liberdade na apreciação em prol a detrimientos a alguns elementos, a exemplo do motivo e do objeto, em virtude da não possibilidade de prever através de leis e normas legais todos os passos a serem seguidos, a tal maneira que possibilita a certa margem de apreciação da ação cabível diante das já previsões legais permitindo-lhe que escolha seus próprios caminhos de atuar, tornando se assim o poder de polícia discricionário.

Diante do exposto pode se compreender que o poder de polícia pode ser vinculado ou discricionário (maior parte dos casos) é vinculado quando a Administração terá que fazer usos de lei já estabelecida perante determinados requisitos sem nenhuma margem de opção.

1.5.2 Coercibilidade

Quando se analisa o ato administrativo discricionário, a discricionariedade existente no exercício do poder de polícia e proveniente do grau de liberdade necessária para sua prática e graduação das sanções aplicáveis sendo legitimadas sob a finalidade do ato de polícia que se traduz na proteção de alguns interesses públicos, sendo legítima quando o ato de polícia administrativa se mantenha dentro dos parâmetros legais pelo administrador.

A coercibilidade presente no ato do poder de polícia é exemplificada por Cunha (2011, p. 2):

Todo ato de polícia é imperativo e obrigatório, admitindo até o emprego da força pública para o seu cumprimento, quando resistido pelo administrado. Desta forma, não há ato de polícia facultativo para o particular, pois todos eles admitem a coerção estatal para torná-lo efetivo, e essa coerção também independe da autorização judicial. É a própria Administração que determina e faz executar as medidas de força, que se tornarem necessárias para a execução do ato ou aplicação da penalidade administrativa resultante do exercício do poder de polícia.

A este entendimento é possível compreender a necessidade a qual a sociedade delega a seus representantes poderes com propósito de guiá-la e reger seu comportamento, este que se não estiver seguindo o propósito ou contra ele

deverá receber punição adequada, punição esta também prevista em lei previamente estipulada, não deixando duvidas quanto a sua própria existência para que não se use de força do ato administrativo contra aqueles a qual nem sequer conhece a sua existência.

Na Constituição Federal nos incisos IV, XIII, XV e XXII do artigo 5º, uma série de direitos relacionados com o uso, gozo e disposição acerca da propriedade e conformidade com o exercício da liberdade, é conferida aos cidadãos pelo nosso ordenamento jurídico, todos objetivando o bem estar social ou diretamente ligados ao interesse público, sendo o direito individual limitado pelo direito coletivo, este que possui superioridade em relação ao individual, objetivando que um particular se sobressaia sobre outro indivíduo, limitando se assim as liberdades em prol do coletivo.

Conforme compreensão de alguns doutrinadores em detrimento acerca dos assuntos evidenciados, “O Poder de Polícia é, em suma, o conjunto de atribuições concedidas a Administração para disciplinar e restringir, em favor do interesse público adequando, direitos e liberdades individuais”. (TÁCITO, 1975, *apud* Meirelles 2002, p. 128).

Quando em estudo, pode se compreender que o Poder de Polícia provém de uma necessidade assim instituída e posteriormente outorgada pela Administração Pública do qual o propósito de se evitar os confrontos que decorrentes e próprios no exercício dos direitos individuais na sociedade, direitos estes que se colidem ao bem comum, onde entre dois indivíduos de direitos iguais e distintos se mantém ao interesse ao coletivo em conformidade a Administração Pública.

1.5.3 Autoexecutoriedade

Tendo a Administração Pública a possibilidade e os próprios meios de pôr em execução as suas decisões sem necessitar recorrer primeiramente ao Poder Judiciário, como exemplifica Di Pietro (2002, p. 107):

A autoexecutoriedade (que os franceses chamam de executoriedade apenas) é a possibilidade que tem a Administração de, com os próprios meios, pôr em execução as suas decisões, sem precisar recorrer previamente ao Poder Judiciário.

A auto-executoriedade se distende em duas vertentes, sendo a primeira: exigibilidade e a segunda executoriedade. Na primeira, a exigibilidade é a versa sobre a possibilidade que tem a Administração Pública de tomar decisões executórias se valendo de meios indiretos de coação. Enquanto na segunda vertente a executoriedade é a capacidade que tem a Administração, quando já decidida e tomada alguma decisão de caráter executório no sentido de realizar diretamente a execução impelida, usando se necessário da força pública para obrigar o particular a cumprir a decisão da Administração.

Decorre se assim que a auto-executoriedade, nem sempre está em todos os atos de polícia; Decorre que as hipóteses sobre sua incidência se dar quando: a uma autorização expressa em lei; quando a medida administrativa faz-se urgente e necessária, decorrente ao interesse público e que o mesmo não seja comprometido; e na total falta de outra medida que seja cabível e se atenda aos interesses da sociedade. Por meio de um julgamento do Tribunal de São Paulo citado pelo ilustre Meirelles (2007, p. 121):

Exigir-se previa autorização do Poder Judiciário equivale a negar-se o próprio poder de polícia administrativa, cujo ato tem que ser sumário, direto e imediato, sem as delongas e as complicações de um processo judiciário prévio.

Em nível de comparação com os atos de polícia fundamentados encontra se os praticados de igual teor e fundamentos dentro do universo penitenciário, seguindo a exemplificação dos atos de polícia auto-executáveis, tem-se a apreensão de substâncias proibidas ao consumo dentro das carceragens, a interdição de celas e áreas que não atenda às normas de segurança ou higiene, a ordem de interrupção de uma atividade de lazer ou educacional em detrimento a segurança e manutenção da ordem, a demolição ou apreensão estrutura física construída artesanalmente, que possa ameaçar ou por em perigo os reeducados ou funcionários das instituições prisionais, a dissolução de movimentos, badernas ou motins que atentem contra a ordem ou segurança de todos e assim por diante.

2 AGENTE PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PODER DE POLÍCIA

O órgão responsável pelo gerenciamento do Sistema Prisional em Rondônia é a Secretaria de Estado Administração Penitenciária – Seapen, criada pela Lei Complementar nº 304 de 14 de setembro de 2004, alterada pela Lei Complementar nº 412 de 28 de dezembro de 2007, que alterou sua denominação para Secretaria de Estado de Justiça – SEJUS bem como organizou seus quadros criando coordenadorias entre outras modificações.

Os Agentes Penitenciários de Rondônia não adotam o termo “polícia” em sua nomenclatura, em virtude de fazerem parte da segurança pública como prioriza a constituição brasileira, mesmo estando lotados na Secretaria de Estado da Justiça (SEJUS), desenvolvendo de fato atividade dentro do sistema penal que se assemelham as atividades policiais legitimadas, como a exemplo: a manutenção da ordem nas unidades, escoltas de presidiários, garantindo os direitos e deveres previstos dos apenados e cumprindo determinações judiciais (alvará de soltura, prisão provisória e sentença penal condenatória).

Atividade Policial se diferencia de Poder de Polícia sendo que todos os servidores das instituições Policiais desempenham atividade Policial, segundo Soares (2010, p. 1):

Poder de Polícia é inerente ao Estado, todos os servidores da Administração Pública que possuem o encargo de verificar o cumprimento de Leis em prol do bem estar público exercem Poder de Polícia, a exemplo o fiscal sanitário, o fiscal de obras, o fiscal tributário, a autoridade alfandegária e, claro, o Policial quando age em defesa da ordem pública, inclusive o particular pode revestir do Poder de Polícia para executar prisão em flagrante delito por força do art. 301 do Código de Processo Penal Brasileiro. A Polícia Militar e a Polícia Rodoviária Federal têm a nobre missão de efetuar Policiamento ostensivo na prevenção e na repressão dos crimes, a Polícia Civil e Polícia Federal cabem às investigações, os inquéritos para produção da materialidade e da autoria dos crimes. Aos Agentes Penitenciários Estaduais e Federais resta o terceiro ciclo de polícia, exercem atividade Policial e tem Poder de Polícia dentro do âmbito penitenciário.

No caso do Sistema Prisional, mesmo sabendo que os Agentes detêm a Custódia Legal, o que em tese seria um ato que poderia ser definido como Poder de Polícia, não há legislação descrevendo que o Sistema Prisional possui Poder de Polícia, nem ao menos o reconhecimento deste servidor à esfera da segurança

pública do estado de Rondônia validando a citação acima.

2.1 AMBIENTES INSTITUCIONAIS

A Lei de Execução Penal orienta acerca do trabalho penitenciário e as atividades penitenciárias desenvolvidas e praticadas pelos Agentes Penitenciários, estes que são legalmente garantidores e mantenedores da disciplina, da ordem e da segurança interna dos presídios, condição fundamental para a ressocialização almejada pelo estado e sociedade em geral, mesmo não estando de forma clara os limites, funções e atribuições assim como formação profissional pertinente ao exercício da missão outrora que não está reconhecido pela Lei de Execução Penal.

Como descreve Mirabete (1990, p. 229):

A vigilância e a custódia de presos, apesar de importante e mesmo indispensáveis, não são as únicas finalidades dos sistemas penitenciários modernos, nem devem ser as preocupações primordiais dos funcionários no processo de reinserção social dos condenados. Por muito adiantado que seja um programa penitenciário, por mais avançado que seja a arquitetura prisional, por muitos meios econômicos que se destinem a esse processo, não se pode conseguir êxitos reformadores nos presos se não se conta com um corpo de funcionários competentes que estejam imbuídos de sua alta missão social.

O Agente Penitenciário de Rondônia desenvolvendo suas atividades laborais sem um pleno detalhamento da operacionalidade de suas ações assim, como base legal para suas ações neste contexto percebe que estes profissionais atuam em duas frentes, ora na atividade fim e ora como na atividade meio, a tal maneira que tanto atuam no tratamento penal com vistas na ressocialização almejada assim como na atividade fim que se dá na custódia enquanto atividade meio.

Conforme analisa Mirabete (1990, p. 33):

Realmente, a natureza jurídica da execução penal não se confina no terreno do Direito Administrativo e a matéria é regulada à luz de outros ramos do ordenamento jurídico, especialmente o Direito Penal e o Direito Processual. Há uma parte da atividade da execução que se refere especificamente a providências administrativas e que fica a cargo das autoridades penitenciárias e, ao lado disso, desenvolve-se a atividade do juízo da execução ou atividade judicial da execução.

Neste complexo e contorcido âmbito jurídico presente no sistema prisional Brasileiro o Agente Penitenciário que é a “ponta da lança” atua sempre em duas

frentes de serviço, de um lado a vigilância e manutenção da ordem e de outro lado a ressocialização e seus mecanismos.

2.2 PROFISSÃO: DO CONTRATO À PRÁTICA

Este profissional de vital importância para a manutenção da ordem dentro e fora do sistema penitenciário cujo ingresso tem se por via de aprovação em concurso pública, de prova de conhecimentos gerais e básicos de várias áreas do Direito, posteriormente inicia-se a segunda fase do processo seletivo, testes em aptidão física, exames psicotécnicos, em conjunto com uma profunda investigação social, comprovação de idoneidade por vias de certidões de nada consta em todos os âmbitos: Municipal, Estadual e Federal.

As etapas citadas têm seu grau de importância devido à necessidade de melhoramento do setor, de forma que a entrada de um profissional melhor formado e detentor de conhecimentos básicos acerca de leis e normas e que possuam aptidões físicas pertinentes ao desenvolvimento de atividades que demandem de esforços e vigor físico, além de condições psicológicas necessárias para enfrentar um ambiente insalubre que afeta tanto a saúde física quanto mental.

Na esfera federal a profissão de Agente Penitenciário esta no rol das profissões reconhecidas e tipificadas pelo Ministério do trabalho, assim como está sistematizada na C B O (Classificação Brasileira de Ocupações) na esfera das ocupações presente na área de vigilância pública, da qual fazem parte os vigilantes e agentes de segurança em geral, conforme especificação oficial do Ministério do Trabalho sob o código: 5173-15 - Agente de segurança penitenciária, Agente Penitenciário, Carcereiro, Chaveiro-carcereiro, Guarda de presídio, Guarda penitenciário, Inspetor de presídio, Ministério do Trabalho (2007, p. 23):

Vigiam dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades; zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio; escoltam pessoas e mercadorias. Controlam objetos e cargas; vigiam parques e reservas florestais, combatendo inclusive focos de incêndio; vigiam presos. Comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes.

Ha nível estadual a regulamentação da profissão está contida na Portaria nº

520/GAB/SEJUS de 10 de Março de 2014, esta que tipificou o quadro geral dos servidores do estado a modo que não se tem o mesmo respaldo e reconhecimento jurídico, quanto aos termos alocados a profissão e seus ofícios práticos desenvolvidos diariamente tornando obscuro e de pouco reconhecimento jurídico a cerca da função, em certo modo a Lei de Execuções Penais (LEP) nº 7210/84 que traz em seu contexto as normas e os meios para o cumprimento das penas, normas estas regidas nas unidades prisionais sob os cuidados da administração penitenciária e seus subordinados, trazendo em seus artigos pouco sobre a figura do Agente Penitenciário em sua formação e atribuições (LEP, nº 7210/84):

Art. 75. O ocupante do cargo de diretor de estabelecimento deverá satisfazer os seguintes requisitos:

I - ser portador de diploma de nível superior de Direito, ou Psicologia, ou Ciências Sociais, ou Pedagogia, ou Serviços Sociais;

II - possuir experiência administrativa na área;

III - ter idoneidade moral e reconhecida aptidão para o desempenho da função. Parágrafo único. O diretor deverá residir no estabelecimento, ou nas proximidades, e dedicará tempo integral à sua função.

Art. 76. O Quadro do Pessoal Penitenciário será organizado em diferentes categorias funcionais, segundo as necessidades do serviço, com especificação de atribuições relativas às funções de direção, chefia e assessoramento do estabelecimento e às demais funções.

Art. 77. A escolha do pessoal administrativo, especializado, de instrução técnica e de vigilância atenderá a vocação, preparação profissional e antecedentes pessoais do candidato.

Nota-se que o cargo de diretor do estabelecimento em que possuir atributos e qualidades pertinentes ao cargo e suas funções, no quadro dos Agentes Penitenciários e a suas funções fica a critério da administração estadual a compor seus manuais de condutas e práticas trabalhistas sem que estes infrinjam os artigos da LEP.

2.3 PERFIL DO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

O Agente Penitenciário do estado de Rondônia tem como missão realizar um importante serviço de interesse público, sendo de alto risco por manter em segurança a sociedade civil contribuindo, assim, através do tratamento penal da vigilância e custódia dos indivíduos sob custódia do estado, durante a execução e cumprimento da pena ou de medida de segurança conforme determinadas pelos instrumentos legais. A tal Maneira que se faz necessário que os Agentes Penitenciários do Estado de Rondônia apresentem um perfil adequado para o efetivo

exercício da função, como prioriza a cartilha do Agente Penitenciário, Portaria nº 520/GAB/SEJUS de 10 de março de 2014, onde se espera do profissional ter atitudes estratégicas e criteriosas, para corroborar com mudanças no trato do reeducando, legalidade e ética.

Instituído pela Lei Complementar n.º 02, de 24.12.84, que Cria o Grupo Ocupacional Atividades Penitenciárias, sob código AP-1300, no plano de classificação de cargos e empregos do serviço público civil do poder executivo, põe fim ao Agente Penitenciário que não tinha a qualificação que hoje é reconhecidamente necessário para o pleno desenvolvimento de suas funções laborais, como demonstra Moraes (2005, p. 209):

Se, conforme levantamentos preliminares, os Agentes Penitenciários têm sido tradicionalmente recrutados entre trabalhadores braçais – lavradores, pintores, pedreiros, motoristas, bem como entre trabalhadores urbanos não qualificados – com baixos níveis de escolaridade, em função da falta de oferta de trabalho, se observa a entrada de pessoal com nível de formação superior.

Tendo em sua atualidade profissional de ambos os sexos maiores de 18 anos, com serviço e obrigações militares em suas conformidades aprovados em concurso público específico para o cargo, aprovado em teste de aptidão física e psicológica com saúde apta para as funções com laudo médico para tal, portadores de diploma de ensino médio ou superior, com certidões de nada consta nas esferas municipais, estaduais e federais, a fim de comprovar sua idoneidade.

Seguindo o entendimento de Moraes (2005, p. 95):

O que não significa que um trabalhador tenha dúvida quanto aos elementos diferenciais entre uma e outra identidade, trabalhador ou bandido, mas que diante das relações face a face que estes vivenciam é necessário transitar entre os dois universos sem que, no caso do trabalhador, se confunda ou se perca.

Como etapa do concurso está o curso de formação onde é desenvolvido o treinamento para ingressar no sistema penitenciário estadual, o período do curso compreende em 90 (noventa) dias na formação profissional seguindo parâmetros didáticos e técnicos.

Em importância a seleção de profissionais certos Andrew (2002, p. 29):

Padrões pessoais e profissionais elevados são o que se deve esperar de todos os integrantes do quadro de servidores penitenciários, principalmente daqueles que vão trabalhar diretamente com os presos. Entre eles incluem-

se pessoal uniformizado de primeira linha ou agentes de segurança carcerária, bem como profissionais tais como professores e instrutores.

O pessoal que entra em contato com os presos diariamente precisa ser escolhido com um cuidado especial. Assim, o recrutamento é de suma importância. São qualidades necessárias presentes e esperadas nas condutas profissionais ao Agente Penitenciário no detrimento de suas atividades: Aptidão, honestidade, conhecer funções e atribuições, responsabilidade, iniciativa, disciplina, lealdade, equilíbrio, emocional, autoridade, liderança, flexibilidade, criatividade, empatia, comunicabilidade, perseverança.

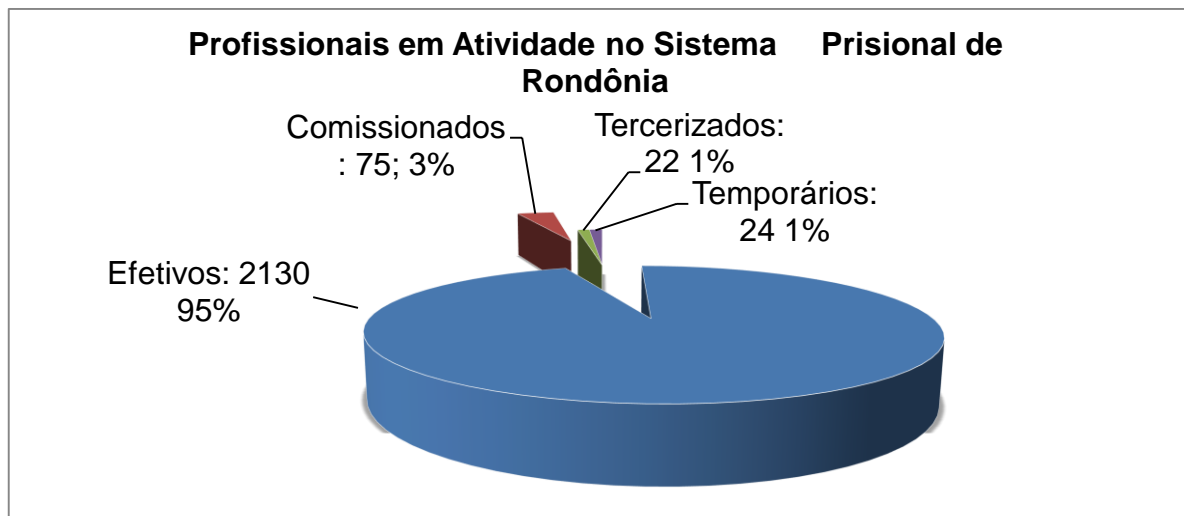
A seleção dos candidatos que possuem perfil adequado, que visa o ingresso de candidatos qualificados, que compreendam a natureza do trabalho nas prisões, sendo necessário o uso de procedimentos específicos para que somente os candidatos adequados sejam de fato escolhidos para admissão e inclusão ao sistema penitenciário. Testando a integridade dos candidatos com o propósito de análise de provável reação situações adversas que poderão enfrentar no decorrer do seu trabalho cotidiano.

Atualmente o número de Agentes Penitenciários do Estado de Rondônia, se caracteriza por contingente de 1.678 agentes correlacionando com a proporção de 4,5 presos por agente, como apresenta o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: INFOPEN - junho de 2014.

Os Agentes Penitenciários atuam em escala de revezamento 12 x 24 e 12 X 72 h. período este que se mantém sobre aviso em detrimento à possibilidade de serem acionados a qualquer momento, em virtude de motins, rebeliões, fugas ou revistas nas carceragens para a inibição e retirada de objetos e produtos ilícitos. O desgaste emocional sofrido no exercício desta sua função no trabalho com os presidiários em decorrência as inúmeras influências de doenças psicossocial as quais estão sujeitos esses profissionais, cuja função é considerada pela Organização Mundial de Saúde como a mais estressante entre todas as profissões do mundo.

Os gráficos e tabelas apresentados posteriormente acerca da pesquisa de dados foram coletados nos órgãos oficiais e apresentam resumo de dados afim, da valorização do tema trabalhado sem alterar o mérito requerido, a tal maneira que está síntese de números e informações objetiva uma melhor análise por parte do leitor, direcionando ao proposto com maior clareza.

Gráfico 01: Demonstra o percentual dos Profissionais presentes no Sistema Prisional.



Fonte: Dados coletados na Casa de Detenção de Cacoal através do Infopen, junho/2014.

O gráfico acima mostra a porcentagem de trabalhadores do sistema prisional de acordo com o vínculo empregatício. Aproximadamente 90% das pessoas que trabalham no sistema têm cargo efetivo, denota também a proporção de trabalhadores temporários no sistema penitenciário. A maioria dos trabalhadores do sistema realizam atividades de custódia representando um total de 68% dos recursos humanos nas unidades prisionais, cerca de 11% estão em cargos administrativos. No Brasil há uma média de oito pessoas presas para cada agente de custódia. Essa proporção não atende à recomendação constante da Resolução nº 9, de 2009, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP). Segundo a Resolução a proporção mínima desejável é de um agente para cada cinco presos.

2.4 SITUAÇÕES DE CONFLITOS DENTRO DAS UNIDADES PRISIONAIS

Tendo como uma situação presente no universo penitenciário, os problemas disciplinares, envolvendo os reeducandos é comum no dia a dia no sistema, sendo enfrentados com a aplicação eficaz e contínua, coerente e rigorosa da disciplina, mesmo de forma coercitiva. Tendo o Agente Penitenciário a obrigação e o dever legal de intervir a fim de reestruturar a ordem e preservar a integridade física e mental.

O reeducando submetido a um aumento rigoroso disciplinar ao seu regime tende a potencializar se tornar ainda mais problemático, prejudicando sua própria

condição e comportamento tornando se ainda mais agressivo, reivindicador, mal educado e grosseiro (MORAES, 2005).

A autoridade penitenciária para Andrew (2002, p. 86):

Por tanto cabe às autoridades penitenciárias impor as restrições de segurança que se fizerem necessárias para assegurar que os presos não fujam da custódia legal e que as prisões sejam lugares seguros, onde todas as pessoal envolvidas possam realizar seu trabalho legítimo sem temer por seu bem estar físico.

As ocorrências provenientes das infrações disciplinares que atendem a recomendações legais, pertinentes à atuação dos servidores, em incidentes prisionais. Sendo a atribuições do Agente Penitenciário na execução da vigilância e no cumprimento das normas e regulamentos do estabelecimento prisional, estando sempre em alerta e cuidado para quaisquer modificações identificada na rotina de vida dos reeducando sob sua vigilância.

A falta disciplinar do apenado será redigida por meio de ocorrência e posteriormente repassada para o concelho diretor da unidade, em se tratando de alguma falta de natureza mais grave poderá o reeducando ser alojado em isolamento disciplinar, aguardando decisão do Conselho Disciplinar devendo o reeducando ser notificado formalmente a cerca do fato.

As ocorrências seguem uma classificação de nível assim como o seu tipo a intervenção necessária por parte do Agente Penitenciário que esteja na sua formulação como dita e orienta a cartilha do Agente Penitenciário, proposta pelo SINGEPERON (Sindicato dos Agentes Penitenciários e Socioeducadores do estado de Rondônia) em conformidade com a Portaria nº 520/gab/sejus de 10 de Março de 2014 e a Lei de Execuções Penais (LEP) nº 7210/84.

2.4.1 Classificação das ocorrências

Quadro 01: Classificação das ocorrências desenvolvidas durante os trabalhos.

NÍVEL I		
Tipo de ocorrência	Intervenção Necessária	Observação
●Discussão entre presos.	●Isolar a área.	●Garantir a segurança pessoal.
●Ingerência, desobediência.	●Comunicar a chefia imediata.	

NÍVEL II		
<ul style="list-style-type: none"> ●Briga entre presos. ●Posse de substâncias ou objetos ilícitos. ●Outros incidentes correlatos. 	<ul style="list-style-type: none"> ●Isolar a área. Solicitar pessoal de apoio. ●Comunicar a chefia imediata. ●Permanecer em observação. ●Em caso de substância ou objeto fazer a apreensão se possível. 	<ul style="list-style-type: none"> ●Garantir a segurança pessoal.
NÍVEL III		
<ul style="list-style-type: none"> ●Ocorrência com morte entre presos e internados. ●Fugas; Arrebatamento externo. ●Movimentos subversivos. ●Motins. ●Rebeliões. ●Sequestros. ●Incêndio. ●Outros incidentes 	<ul style="list-style-type: none"> ●Identificar o problema, procurar controlar, conter e isolar a área. ●Solicitar pessoal de apoio. ●Comunicar a chefia imediata. ●Observar os envolvidos. ●Sempre que possível aguardar orientações da chefia imediata. ●Acionar o alarme sem expor a si e a terceiros, conforme a necessidade exigir. 	<ul style="list-style-type: none"> ●Garantir a sua segurança. ●Não comprometer-se com negociações.

Fonte: Dados coletados na Cartilha do Agente Penitenciário de Rondônia SINGEPERON. Adaptado pelo autor.

A lei de execução penal n. 7.210 de 11/7/1984 dispõe em seu art. 44 acerca da disciplina necessária ao cumprimento da pena por parte dos apenados frente à autoridade dos Agentes Penitenciários “art. 44 a disciplina consiste na colaboração com a ordem, na obediência às determinações das autoridades e seus agentes e no desempenho do trabalho”.

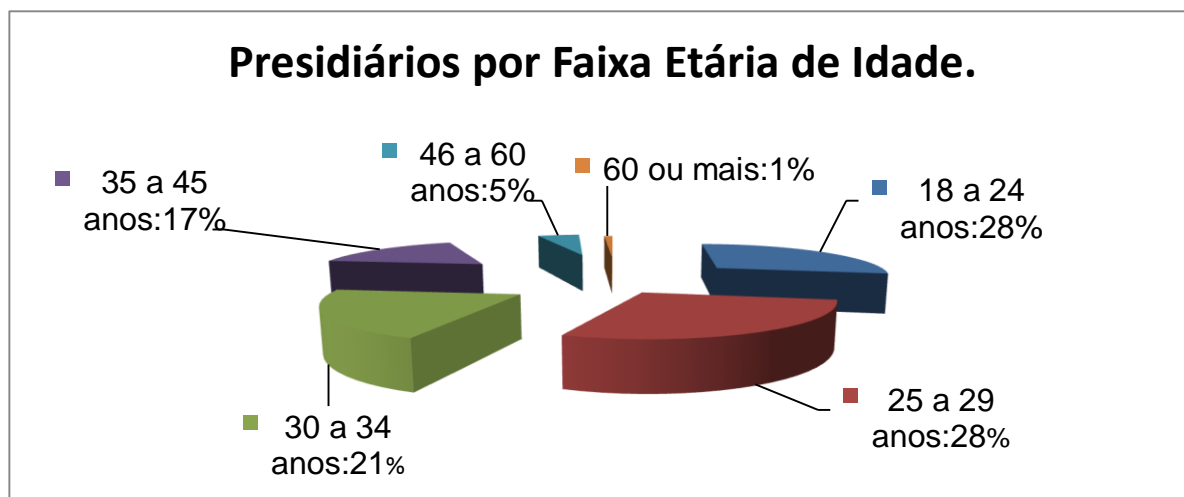
O Estado tendo plena consciência de que um dos problemas primordiais é a manutenção da ordem e disciplina nos estabelecimentos prisionais. Sendo evidentemente que o descumprimento das mesmas venha a debilitar as normas vigentes em um estabelecimento penitenciário, originando se a indisciplina e a desordem em resumo o “caos”. Entretanto, se as normas disciplinares são inflexíveis e cruéis desencadeiam outros males, a exemplos: revoltas, os motins e desordens. Sendo assim, a disciplina é fundamental para manutenção de uma convivência harmônica entre os presidiários (MORAES, 2005).

Neste contexto se observa a efetivação do poder de polícia atribuído ao Agente Penitenciário a fim da manutenção da ordem e da disciplina, onde o interesse primordial se dá ao desenvolver mecanismos para as atividades

necessárias ao processo de reinserção social.

2.5 PERFIL DO PRESIDÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA.

O gráfico 2: Apresenta a faixa etária de idade dos presidiários do Estado de Rondônia.



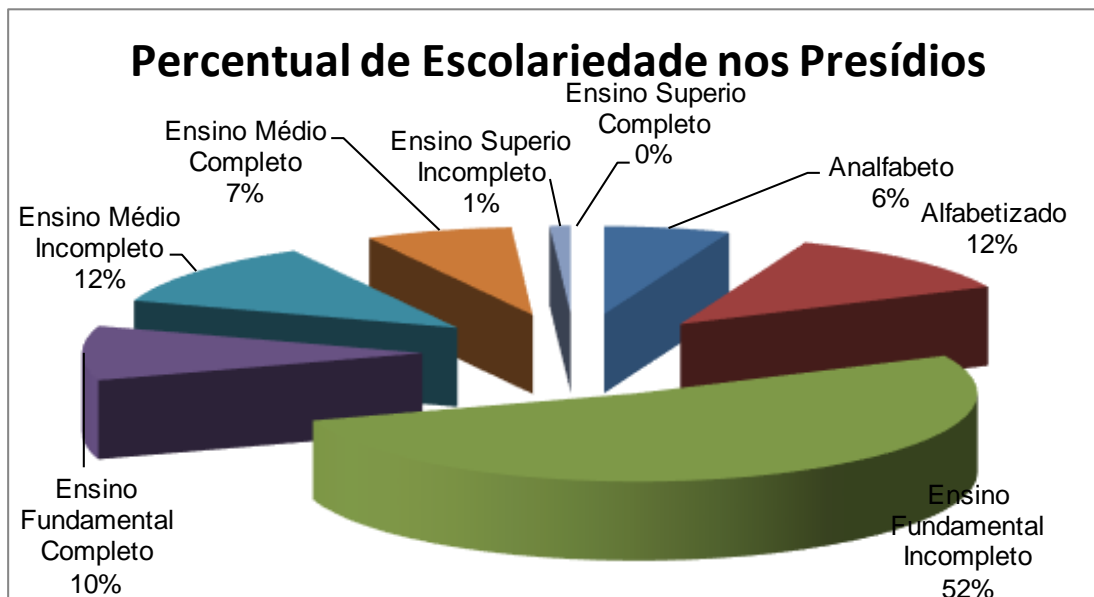
Fonte: Dados Coletados via Infopen, junho/2014. Adaptado pelo autor.

O gráfico 2 (dois) mostra a faixa etária da população privada de liberdade por Unidade de Rondônia. Nota-se que o encarceramento elevado da população jovem é um fenômeno observado em todo o país onde têm 47% de jovens.

Os dados do Infopen (levantamento nacional de informações penitenciárias) sobre o perfil etário da população prisional indicam que houve crescimento da população prisional em todas as faixas etárias ao decorrer dos anos analisados, entre as causas de prisão, o tráfico de drogas é mais comum, 27% das pessoas presas no Brasil respondem por tráfico de substâncias entorpecentes, em segundo lugar está o crime de roubo (contra o patrimônio) a incidência do tráfico de drogas é diferente entre homens e mulheres, entre os homens, 25% dos homens foram presos por tráfico, enquanto, entre as mulheres esse percentual sobe para 63% (INFOPEN, 2016).

Pelos dados acima citados, a massa carcerária compõe se basicamente uma população jovem, constituídas por presidiários que demandam de maior poder coercitivo por parte do Estado, a fim, de manter a ordem em âmbito prisional, atuando se assim o poder de polícia empregado para um bem coletivo, visando se a ressocialização almejada.

Gráfico 03: Apresenta o percentual de escolaridade dos presidiários.



Fonte: Dados Coletados via Infopen, junho/2014. Adaptado pelo autor.

O gráfico anterior demonstra a escolaridade da população prisional do estado de Rondônia e nota-se que o grau de escolaridade dos presidiários se dá ao nível fundamental incompleto em 52%, somando com Ensino Fundamental completo 10% e Ensino médio incompleto 12%, temos a grande maioria dos apenados em resumo, uma população carcerária sem qualificação para o trabalho especializado a qual o mercado de serviço capta atualmente. Mas aptos à inserção em programas de qualificação profissional, a ser estabelecida em penitenciárias do estado a fim, de sua reinserção a sociedade e ao mercado de trabalho.

Os dados referentes à escolaridade da população prisional Rondoniense denota que a maior parte dos (as) presos (as) não chegou a completar o ensino fundamental, outra significativa parcela atingiu o ensino médio, constata-se também que uma parte mínima possui ensino superior e apresenta-se também um baixo percentual de analfabetos.

Caracterizando apenados com baixa formação escolar, mas, em idades favoráveis ao desenvolvimento pedagógico, tornando se aptos à vida produtiva longe do crime.

Quadro 02: Demonstra a capacidade por meios de vagas e capacidade do Sistema Prisional do Estado de Rondônia, com dados analisados de 2014.

Capacidade do Sistema Prisional de Rondônia.			
Total de unidades no Estado de Rondônia	Total de vagas	Média de vagas das unidades prisionais	Capacidade máxima observada em unidade do estado
50	5.996	120	1.000

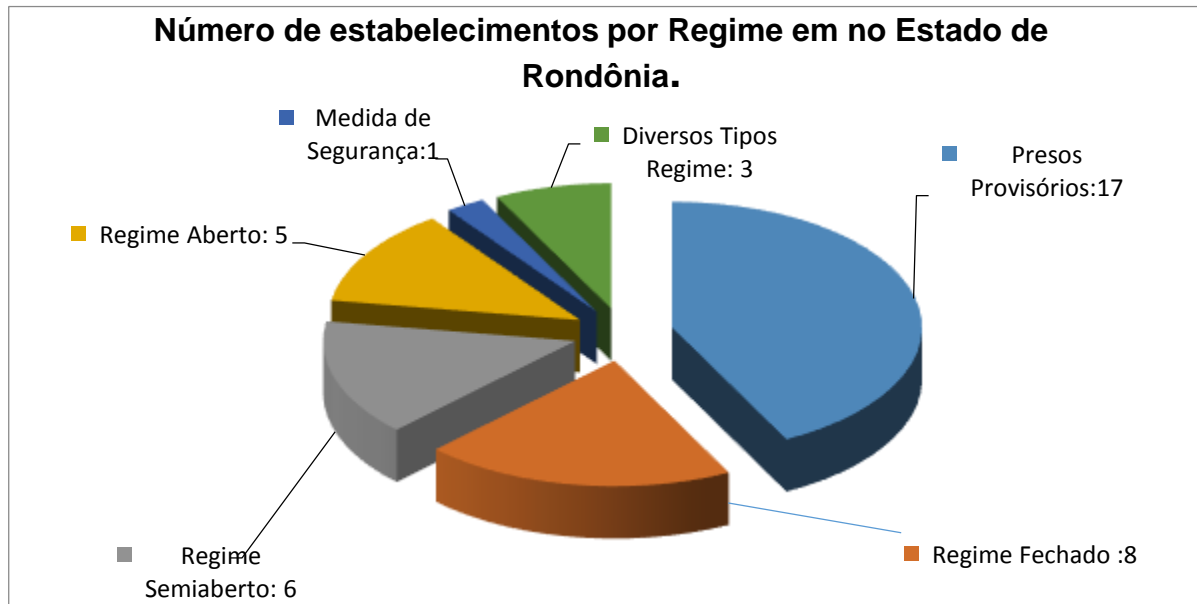
Fonte: Dados Coletados via Infopen, junho/2014. Adaptado pelo autor.

Outro grande problema pertinente ao trabalho do Agente Penitenciário se da pela superlotação das unidades prisionais do estado, dificultando a ressocialização e potencializando a eclosão de mais crimes dentro e fora das prisões, no entanto, o número de vagas disponibilizadas e o número de presidiários nunca batem. Como demonstra os dados do relatório Infopen (2014, p. 16):

Entre 2000 e 2014, a taxa de aprisionamento aumentou 119%. Em 2000, havia 137 presos para cada 100 mil habitantes. Em 2014, essa taxa chegou a 299,7 pessoas. Caso mantenha-se esse ritmo de encarceramento, em 2022, a população prisional do Brasil ultrapassará a marca de um milhão de indivíduos. Em 2075, uma em cada dez pessoas estarão em situação de privação de liberdade.

A superlotação prisional provoca reações inevitáveis muitas das vezes de maneiras violentas a exemplos: rebeliões, motins, homicídios praticados entre eles próprios e vários outras infrações penais, que por consequência provocam reação por parte do Estado por meio de seus representantes legais, neste sentido: os “Agentes Penitenciários”, que alocam práticas e atitudes enérgicas necessárias para a intervenção, evitando-se um mal maior e recompor a ordem nos estabelecimentos penais do Estado.

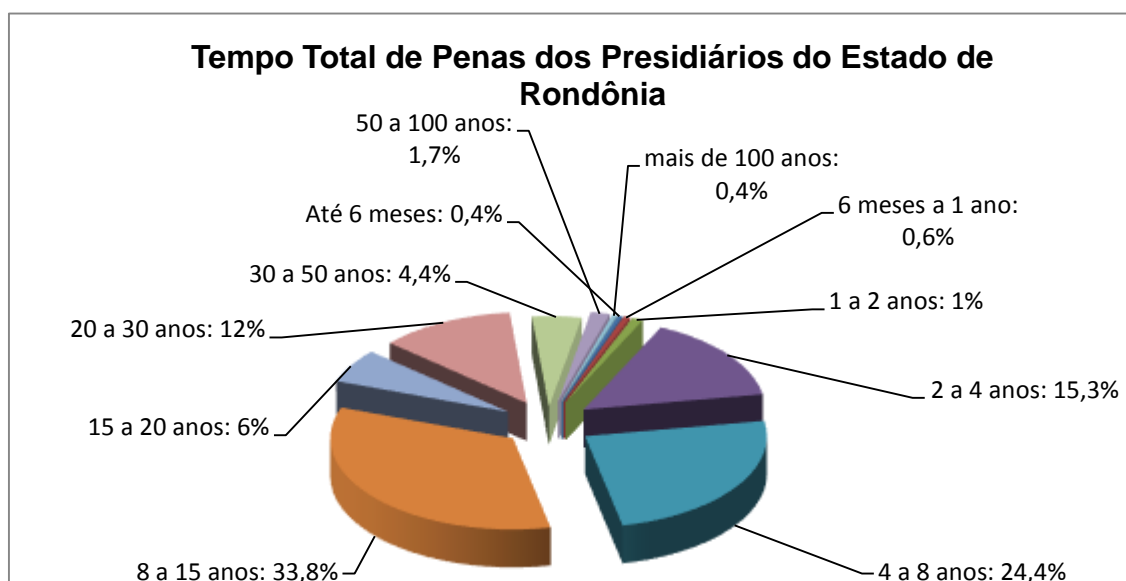
O gráfico 04: Apresenta o número de unidades prisionais por regime.



Fonte: Dados Coletados via Infopen, junho/2014. Adaptado pelo autor.

Como observa se no gráfico 04, outro grande problema associado à superlotação se da na divisão dos estabelecimentos penais dissolvidos no Estado, onde pelo seu déficit por regime tende a não estabelecer o propósito previsto em lei da diferenciação por regime, não ocorrendo de maneira satisfatória e legal a progressão do regime penal e que por sua vez motiva os apenados a recorrem aos seus direitos por meio de rebeliões, motins e práticas indisciplinares como já citado acima.

O gráfico 05: Demonstra o percentual de penas dos presidiários do Estado de Rondônia.



Fonte: Dados Coletados via Infopen, junho/2014. Adaptado pelo autor.

O gráfico anterior decompõe a informação a cerca das penas decorrentes aos condenados nota-se que dos 08 até 15 anos, está a grande maioria das penas aplicadas: 33,8%, em decorrências aos graves praticados e suas reincidências cumulando em penas maiores. Demonstrando uma população carcerária mais adepta aos crimes violentos e com uma conduta agressiva de profundamente indisciplinada, esta conduta a qual o Estado visa melhorar sob ações resociativa as quais recai sobre os Agentes Penitenciários os cuidados para que através dos profissionais competentes possam acontecer em segurança.

2.6 SÍNDROME COMPORTAMENTAL PRESENTE NO OFÍCIO DO AGENTE PENITENCIÁRIO

Entre os riscos inerentes às profissões associadas a segurança pública e o labor do agente penitenciário se reflete na saúde e na segurança do profissional fazendo parte da característica da função (nota se a semelhança entre as funções até nas enfermidades adquiridas no exercido das mesmas), a exemplo: as atividades repetitivas e o convívio constante com aos detentos, com fatores que interferem na qualidade de vida do agente penitenciário, na sua longevidade e expectativa de vida que poderiam ser equacionados, minimizados, ou preventivamente tratados estes fatores se evidenciam na forma de reflexos na vida do agente penitenciário após alguns anos de exercício da profissão.

Sendo as atividades policiais de caráter repetitivas que envolvem pessoas, são estressantes ou desgastantes, resultando em um quadro de síndromes, doenças e sintomas que estão diretamente relacionadas ao trabalho. Síndromes como Burnout, prisionização, Estocolmo, absenteísmo profissional, abstinência, estresse são passíveis de acometer profissionais que atuam sob condições adversas, entretanto os policiais militares têm se um melhor preparo em sua formação para enfrentar tais inimigos, como atesta Carvalho; Rodrigues (2011, p. 2):

Os policiais militares e civis antes de irem para a ativa passam por um curso de formação que varia de, no mínimo, quatro a nove meses. Isto para serem considerados aptos para lidar com a questão da segurança pública. Entretanto, os agentes penitenciários que vão lidar com o mesmo público que os policiais, só que agora em ambiente fechado e 24 horas por dia, no máximo, tem uma ou duas semanas de treinamento. A alegação é a exigência imediata de pessoal. Assim, o agente tem que aprender via sua própria disposição e apoio dos colegas. Porém, quando algo acontece,

raramente não se deixa de culpá-los. Mas como ter um serviço de qualidade se não investimos e capacitamos?

Verifica-se que os agentes penitenciários assim como o policial militar são submetidos durante todo o tempo a efeitos dessocializadores, visto que são obrigados a outra socialização devido a sua escolha profissional e o poder sobre os demais atribuído pelo estado, assim é identificado uma série de transtornos que são acometidos por esta prisionalização, como os sentimentos de inferioridade, empobrecimento psíquico, regressão, infantilização, perda de identidade, assim como comprometer sua concepção sobre cidadania.

2.6.1 O Fenômeno da Prisionização

Um dos fenômenos presentes no universo penitenciário conhecido como: “o fenômeno da prisionização”, sendo identificado em 1940 por Donald Clemmer em um estudo desenvolvido em prisões americanas, sua intensidade com que afeta ao indivíduo recluso (reeducando) pelas formas de socialização e interações peculiares do sistema prisional, assim, como seus mecanismos pertinentes a adaptação relaciona-se a seguir esse fenômeno com o Agente Penitenciário pela sua função, dado o intenso contato com o ambiente prisional e com o grupo de presidiário.

A prisionização ao final pode ser compreendida como um fenômeno que fornece meios de acomodação e adaptação para a subsistência do Agente Penitenciário no universo prisional, mas também apresenta características negativas pelos efeitos irreversíveis na personalidade do indivíduo, sendo estes efeitos em virtude da ruptura que há entre a vida pessoal e a vida dentro dos presídios.

2.6.2 O efeito da prisionização sobre Agente Penitenciário

O Agente Penitenciário por estar sob constante pressão, ora por parte da justiça, ora por parte dos presidiários, sempre em alerta as ameaças pertinentes à função, em contato direto com apenados e seu mundo, tendo que conhecer o linguajar e todos os hábitos pertinentes aos apenados, para um pleno desenvolvimento das atividades primando pela segurança, a tal maneira que a inserção neste mundo acaba por contaminar, o servidor de tal maneira que passa se adota o linguajar repleto de gírias ao invés de só compreendê-la, os reflexos de

constante alerta, desconfiança de todos e de tudo em resumo, o agente se torna (em comportamento) idêntico ao reeducando.

Tratando do assunto Moraes (2005, p. 221) “a essas pressões encontram-se também submetidos os Agentes Penitenciários que precisam muito rapidamente aprender a dinâmica da prisão”.

Em detrimento a este contexto que os Agentes Penitenciários acabam por fim vindo a sofrer uma “assimilação de comportamento”, comportamento este que se apresenta tanto dentro como fora da prisão. Thompson (2002, p. 49) lembra “que o guarda não pode fugir à interação com o preso e que, por outro lado, este pode não ser uma pessoa moral, mas consegue tornar-se altamente moralista quando lhe convém”.

Os Agentes Penitenciários são afetados pelo fenômeno da prisionização, pois, tendem a abandonar os moldes e padrões comportamentais de suas vidas particulares fora da prisão para adotar os valores que estão estabelecidos nesta nova ordem social. Ocorrendo uma pressão dos apenados em face aos Agentes Penitenciários que procuram convencer acerca da conduta inapropriada pelos colegas em detrimento desta socialização, sendo que o argumento alegando pelos presidiários e que esta aplicação de regras de comportamento é ilegítima, para eles são válidas apenas as estabelecidas por eles mesmos como um universo paralelo onde a personalidade dos mesmos é dominante e sem dar chance para a socialização dos seus partícipes.

As características pertinentes a sua função o Agente Penitenciário mesmo que quisesse não poderia se afastar dessa influência, enquanto está no desenvolvimento do plantão o Agente Penitenciário é a todo tempo “requerido e procurado” pelos presidiários a fim, de supri-los de remédios, refeições e outros itens lícitos e necessários para a subsistência dos mesmos, além de estar em vigilância permanente e principalmente à noite onde os índices de delitos aumentam a fim, de detectar qualquer alteração que possa vir a acontecer, ou seja, o trabalho é sempre contínuo e intenso.

Como afirma Moraes (2005, p. 221), “a essas pressões encontram-se também submetidos os Agentes Penitenciários que precisam muito rapidamente aprender a dinâmica da prisão”.

Em respeito à tensão decorrente aos presídios Goffman (2010, p.24) exemplifica: “criam e mantêm um tipo específico de tensão entre o mundo doméstico

e o mundo institucional e usam essa tensão persistente como uma força estratégica no controle de homens”.

Nos presídios de Rondônia esta pressão é latente em virtude da convivência dos Agentes Penitenciários com os apenados, por ser muito intensa e próxima decorrente do modelo seguido pelo sistema carcerário adotado pelo estado.

Assim, por mais que exista um distanciamento técnico e constante monitoramento dos servidores para que os sentimentos decorrentes de piedade, de comoção não venham a interferir ou desviem das atribuições e das intervenções necessárias pertinentes ao ofício do Agente Penitenciário, O que pode ser alarmante é quando o profissional não consegue estabelecer limites entre os espaços a serem ocupados e neles se envolvem, formando assim, vínculos sociais de caráter comprometedor a ele e às normas necessárias para a segurança e disciplina do sistema prisional, efeito este pelo fato de estarem tão próximos e vinculados, estabelece uma interação entre presos e Agentes Penitenciários donde advém uma “influência recíproca”.

Segundo o próprio Thompson (2002, p. 52), “reforça a assertiva de que o processo de prisionização não se restringe, tão-somente, à massa carcerária”.

Quanto à saturação de contatos onde o profissional se impregna da vida daquele a que retém a liberdade que passa a absorver e participar de sua vida se tornando presente em todos os sentidos, quase uma extensão do indivíduo. Thompson, (2002, p. 41), resume o sentido desta saturação e da influência a cerca desse contato pelo trabalho do Agente Penitenciário:

[...] tratá-lo como indivíduo único, mas contá-lo como um objeto no momento dos “conferes”; respeitá-lo como um ser dotado de prerrogativas inalienáveis, dentre as quais ressalta o direito à intimidade, porém revistar-lhe, frequentemente, o cubículo, remexer-lhe os objetos pessoais e vistoriar as roupas que está vestindo, inspecionando-o, até mesmo, nas partes mais íntimas do corpo; captar - lhe a confiança e trancá-lo a chave numa cela.

Os Agentes Penitenciários também são afetados pelo fenômeno da prisionização, pois abandonam os padrões de suas vidas fora da prisão para adotar os valores que estão estabelecidos nesta no transcorrer de sua vida profissional, em decorrência a proximidade e laços necessários para uma vida pacífica junto aos apenados.

Por fim, Moraes (2005, p. 221), apresenta um diálogo de um Agente Penitenciário, “É muito mais fácil mil e quinhentos [presos] se colocar pra 30 [número

de Agentes Penitenciários em serviço] do que o contrário. É por isso, que a gente começa a falar como preso e vira uma extensão do preso.” É por esta forma e razão que os Agentes Penitenciários tendem por sofrer uma “assimilação de comportamento” tanto dentro como fora da prisão, decorrente da prisionização é como processo diferenciador social.

3 PODER DE POLÍCIA DENTRO DO ÂMBITO PENITENCIÁRIO

O Agente Penitenciário não ostenta a palavra “polícia” em sua nomenclatura, em virtude de estar lotado na Secretaria de Estado da Justiça do Estado de Rondônia, exercendo de fato atividade Policial e mantendo a ordem dentro do sistema penal, nas escoltas de presos, combater a criminalidade, garantindo os direitos, cumprindo determinações judiciais na modalidade alvará de soltura, prisão provisória e sentença penal condenatória.

Observa-se que a atividade Policial se diferencia de “Poder de Polícia” onde todos os servidores das instituições policiais por direito exercem atividade Policial. Poder de Polícia é intrínseco ao Estado, todos os servidores da Administração Pública que possuem o encargo de verificar o cumprimento de Leis em prol do bem estar público exercem Poder de Polícia, inclusive o particular pode revestir do Poder de Polícia para executar prisão em flagrante delito por força do art. 301 do Código de Processo Penal Brasileiro.

A título histórico, no Brasil o primeiro documento a tipificar o ofício do Agente Penitenciário foi o Decreto Paulista 3.706, de 29 de abril de 1924, o qual estabelecia que o guarda fosse indicado diretamente pelo diretor do presídio de modo que pessoas cuja única formação era de ter o aval do Diretor, para o exercício da função.

Como se refere Lopes acerca do profissional: Lopes (1998, p. 5): “Ao guarda cabia à função de Polícia, ou seja, guardar o cumprimento das leis e normas vigentes na instituição, impedindo e contendo as manifestações dos sentenciados que fossem consideradas impróprias”.

A Constituição Federal no caput do art. 144 compete o dever do Estado à segurança pública através dos órgãos de segurança que a Constituição que se seguem ao caput: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares.

De modo que apenas esses órgãos poderão ser instituídos como corporações policiais.

Sendo a decisão do STF ao definir o rol do art. 144 como taxativos vedando assim, aos estados membros, a exemplo, instituir a “polícia penitenciária”, encarregada da vigilância dos estabelecimentos penais, a exemplo do ocorrido no Estado do Rio de Janeiro onde se deu partida ao conjunto probatório que resultou na decisão da ADI 236/RJ, de relatoria do Min. Octávio Galotti, que, ao julgá-la

procedente, declarou ser inconstitucional a inclusão da vigilância intramuros nos estabelecimentos penais no conceito de segurança pública. Ementa ADI. 236 RJ (1992):

Incompatibilidade, com o disposto no art. 144 da Constituição Federal, da norma do art. 180 da Carta Estadual do Rio de Janeiro, na parte em que inclui no conceito de segurança pública a vigilância dos estabelecimentos penais e, entre os órgãos encarregados dessa atividade, a ali denominada "Polícia Penitenciária". Ação direta julgada procedente, por maioria de votos.

Desta maneira o parecer proferido pelo Procurador-Geral da República na ADI 236/RJ não acolheu a interpretação extensiva do art. 144 da Constituição Federal, não admitindo, assim, a vigilância intramuros em estabelecimentos prisionais como atividade de segurança pública ou de disciplina penitenciária, mas sim como atividade meramente administrativa e de caráter restrito, parecer este que reflete diretamente sobre os Agentes Penitenciários de Rondônia por se assemelhar em igual situação jurídica, já que na Constituição do Estado de Rondônia em seu artigo 143 delega quanto a Segurança Pública Estadual:

Art. 143. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - Polícia Civil;

II - Polícia Militar;

III - Corpo de Bombeiros Militar. (Acrescido pela Emenda Constitucional nº 6, de 22/04/1996).

Vislumbrando preencher este impasse jurídico acerca da função e da identidade para os Agentes Penitenciários e ao sistema penitenciário em sua Totalidade, foi criado um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) que há muito tempo tramita e aguarda deliberação no Plenário da Câmara, a chamada "PEC 308/2004" que visa alterar os arts. 21, 32 e 144, da Constituição Federal, criando as polícias penitenciárias federais e estaduais, dando maior autonomia e poder a classe, que passaria a intitular "Polícia Penal", legalizando o já poder de polícia desenvolvido nas atividades cotidianas dentro do sistema penal.

Situação adversa à encontrada no sistema penal rondoniense é a encontrada no Distrito Federal, onde os Agentes Penitenciários que atuavam nas carceragens da Polícia Civil tiveram seus cargos e nomenclaturas alterados por força de lei federal, na Lei nº 13.064, de 30 de dezembro de 2014, onde teve

alteração na nomenclatura do cargo de Agente Penitenciário da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, de que trata a Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, para Agente Policial de Custódia.

Outros impasses quanto à atividade policial do Agente Penitenciário se convalidam, pela proibição de exercer advocacia, mesmo o agente que possuindo a formação e credencial junto a Ordem dos Advogados do Brasil, fica vedado Inciso V do Artigo 28 da Lei nº 8.906 de 04 de julho de 1994: Art. 28. “A advocacia é incompatível, mesmo em causa própria, com as seguintes atividades: V - ocupantes de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente à atividade policial de qualquer natureza”. Outro impasse no mesmo sentido se dá no impedimento no pleito eleitoral, presente na Resolução Nº 23.461, de 15 de dezembro de 2015:

3º O impedimento de que trata o art. 120, § 1º, inciso III, do Código Eleitoral abrange a impossibilidade de indicação, como presidentes ou mesários, de agentes policiais de quaisquer das carreiras civis e militares, de agentes penitenciários e de escolta e dos integrantes das guardas municipais.

Sendo uma norma restritiva de direitos, que visa reconhecer, como atividade policial (direta ou indireta), a atividade de vigilância intramuros em estabelecimentos Prisional exercida por agente penitenciário.

Nota se que os impasses hora não se enquadram em atividade Policial hora se enquadra, mas de efeitos práticos que os beneficiem em ambos os casos, quanto o já desenvolvido poder de polícia existente (de fato LEI 13.190/2015 de 19/11/2015 art. 83-B), (mas não de direito, Art. 144 da CF) no sistema penitenciário é necessário compreender as atribuições pertinentes ao Agente Penitenciário, onde é importante primeiramente salientar que é um cargo público da esfera estadual direta do governo de Rondônia, pertencente ao quadro do poder executivo tendo sua admissão por meio de concurso público, tendo como primordial tarefa de sempre manter e preservar a ordem e segurança no estabelecimento penal em benefício de toda a sociedade, pois, se fundamenta em vínculo geral acerca dos atos de polícia, como diz Gasparini (2005, p. 180):

O ato de polícia é o caracterizado pelos seguintes elementos: I – editado pela Administração Pública ou por quem lhe faça às vezes; II – fundamento num vínculo Geral; III – Interesse público e social; IV – incidir sobre a propriedade ou a liberdade. A ausência de qualquer desses elementos descaracteriza-o como ato de polícia. Pode valer como ato administrativo,

mas não como ato de polícia. De sorte que a inexistência de um dos citados elementos não o torna necessariamente nulo, apenas desqualifica-o como ato de polícia.

Existem atividades desenvolvidas no âmbito prisional que não estão tipificadas pelos atuais manuais de atividades portarias ou regulamentadas por quaisquer leis já existentes, deixando vaga sua legalidade jurídica, a exemplo: a elaboração e execução de atividades policiais de caráter preventivo, investigativo e ostensivo, que visem a garantir a segurança e a integridade física dos apenados, sob custódia e todos os submetidos às medidas de segurança, bem como do corpo administrativo e de terceiros envolvidos com o Sistema Penitenciário.

As funções básicas pertinentes aos Agentes Penitenciários de Rondônia previstos no edital do concurso público de 2010, já demonstram aprofundamento na questão: Edital nº 367/2010 da SEJUS – RO:

Síntese das Atribuições do Cargo: Atividade de grande complexidade, de nível médio, envolvendo serviços de vigilância, custódia, guarda de presos, atendimento, assistência a presos, operacionalizando sua avaliação e o comportamento dos processos de reeducação, reintegração social, bem como planejamento, coordenação, execução, estudos, pesquisas e normalização de atividades inerentes à área penitenciária e, ainda assessoramento a autoridades e ao órgão integrante do Sistema Penitenciário do Estado; cuidar da disciplina e segurança dos presos; fazer rondas periódicas; fiscalizar o trabalho e o comportamento da população carcerária, observando os regulamentos e normas próprias; providenciar assistência aos presos; informar aos chefes competentes sobre as ocorrências surgidas no seu período de trabalho; verificar as condições físicas dos estabelecimentos penais; verificar as condições de limpeza e higiene das celas e instalações sanitárias e uso dos presos, informando as irregularidades constatadas; conduzir viaturas de transportes de presos; operar sistemas de comunicação na área da SEJUS; assistir e orientar, quando solicitado, o estágio dos alunos da Escola de Formação da SEJUS; registrar ocorrências em livro próprio; orientar e coordenar trabalhos a serem desenvolvidos na sua área por auxiliares de Serviços Penitenciários; informar às Autoridades Administrativas, Policiais e Judiciárias sobre evasão de presos sob seus cuidados, ou do lugar onde se encontrar o evadido, quando tiver conhecimento, ou caso venha a se deparar com ele; fiscalizar a entrada e saída de veículos nos estabelecimentos penais, incluindo a execução de revistas corporais; efetuar a conferência periódica da população carcerária; realizar a identificação e a qualificação de presos; facilitar o trabalho do Técnico Penitenciário dentro dos diversos regimes, quanto ao agrupamento dos apenados para reuniões de tratamento penal. Executar outras atividades compatíveis com a função do cargo (grifo nosso).

Nota se pela leitura do referido edital a necessidade de uma atuação mais enérgica por parte dos Agentes Penitenciários frente aos apenados não como meio de coerção ou demonstração excessiva de força, mas uma presença forte do estado

para a manutenção da ordem e o fluxo das leis e normas vigentes. Mas quando se trata das atividades já desenvolvidas pelos Agentes Penitenciários, mas que encontra divergência nas leis (aqui realçamos o “poder de polícia”) o fato do agente não fazer parte da chamada “segurança pública” presente no art. 144 da Constituição Federal ou ao menos ser reconhecido como parte da mesma, deixando assim, uma lacuna jurídica de modo que não se atribui o poder de polícia aos mesmos, mas se reconhece que os mesmos o detêm em suas atividades, a exemplo da lei: Lei Nº 13.190, DE 19 de Novembro de 2015.

Art. 83-B. São indelegáveis as funções de direção, chefia e coordenação no âmbito do sistema penal, bem como todas as atividades que exijam o exercício do poder de polícia, e notadamente:

I - classificação de condenados;

II - aplicação de sanções disciplinares;

III - controle de rebeliões;

IV - “transporte de presos para órgãos do Poder Judiciário, hospitais e outros locais externos aos estabelecimentos penais” (grifo nosso).

A regulamentação e padronização do poder de polícia pertinente aos Agentes Penitenciários promoverão mais autonomia e segurança jurídica para a execução dos trabalhos. Uma das etapas para o pleno reconhecimento operacional tático deste servidor foi o direito de portar arma de fogo dentro e fora do horário de serviço em virtude das ameaças contra a vida pertinente à função, como reconhece o Estatuto do Desarmamento, onde desde a sua redação original, já permitia que os agentes prisionais tivessem porte de arma de fogo (art. 6º, VII), no entanto, esse porte era apenas em serviço. A Lei n.º 12.993/2014 ampliou a garantia e permitiu o porte de armas de fogo (de propriedade particular ou fornecida pela instituição).

3.1 AS ATIVIDADES PREVISTAS NO OFÍCIO DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS TIPIFICADAS PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO

As atividades previstas pelo Ministério do Trabalho e Emprego através da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) atribuem previsões legais a cerca do itinerário dos Vigilantes e Guardas de Segurança, profissões que estão ligadas pela vigilância de pessoas e patrimônio ao Agente Penitenciário conduzindo-lhe atribuições ligadas ao universo penitenciário, onde nota-se a semelhança entre as atribuições, entre o Agente Penitenciário e o soldado da PM (presente na tabela 03), onde cada um em seu universo de trabalho, como se observa na tipificação das

atividades descritas pela CBO.

Quadro 03: Demonstra as atividades pertinentes ao Segurança Prisional e as ordens a serem seguidas, quanto ao “monitoramento de presos”.

VIGILANTES E GUARDAS DE SEGURANÇA PRISIONAL	
ATIVIDADES	ORDEM
Efetuar a chamada dos presos.	Monitorar os Presos
Abrir a cela acompanhado de outro agente.	
Vigiar os presos em todas as atividades no presídio.	
Organizar as atividades de lazer, trabalho e religião.	
Cumprir ordens judiciais.	
Participar de combates a fugas e rebeliões.	
Negociar com os presos em rebelião.	
Recolher os presos até as celas.	

Fonte: Dados Coletados Via CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), Março/2016. Adaptado pelo autor.

O quadro acima correlaciona as atividades desenvolvidas e previstas juntamente com a ordem necessária para seu pleno cumprimento, atividades estas presentes na rotina diária do agente penitenciário aqui nomeado como “Vigilantes e Guardas de Segurança Prisional” onde a ordem na monitoração dos presos, sem uma interferência ou ação mais coercitiva em caso de desordem ou indisciplina por parte dos apenados.

Quadro 04: Demonstra as atividades pertinentes ao Segurança Prisional e as ordens a serem seguidas, quanto à “comunicação de ocorrências”.

VIGILANTES E GUARDAS DE SEGURANÇA PRISIONAL	
ATIVIDADES	ORDEM
Relatar ocorrências Interagir com órgãos oficiais.	COMUNICAR
Prestar informações ao público.	
Comunicar ocorrências navais e contra o meio ambiente.	
Catalogar a fauna e seus hábitos.	
Solicitar a presença de autoridade competente.	
Solicitar a presença de autoridade competente.	
Comunicar ocorrências de cargas irregulares.	
Informar visitantes sobre normas de segurança.	
Comunicar-se com a base durante a escolta.	
Informar aos presos os direitos e deveres e as normas.	
Comunicar à chefia suspeita de fugas ou rebelião.	
Comunicar-se através de gestos e sinais.	
Informar ao preso sobre sua situação processual.	
Participar da elaboração do plano de segurança pública.	

Preencher relatórios de ocorrências.	
Ajustar escala de trabalho.	

Fonte: Dados Coletados Via CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), Março/2016. Adaptado pelo autor.

Como já referido anteriormente há existência de semelhanças práticas nas atividades desenvolvidas pelo Soldado da Polícia Militar na sociedade e o praticado pelos Agentes Penitenciários dentro dos perímetros penitenciários (sociedade fechada), com o propósito real de mensurar esta similaridade existente entre as funções, sob ótica do poder de polícia empregado.

As atividades dos Soldados da PM foram coletadas pela sua previsão legal disponibilizada pelo órgão responsável pela classificação das ocupações “CBO” (Classificação Brasileira de Ocupações), subsidiado ao Ministério do Trabalho profissão cujo CÓDIGO: 0212, quanto ao Agente Penitenciário do Estado de Rondônia suas atribuições tiveram que ser mescladas de vários segmentos para se chegar ao real praticado, entre as fontes de pesquisa estão: CBO (a qual se integra a família de vigilantes) as descrições presente na Portaria nº 520/GAB/SEJUS de 10 de Março de 2014, Cartilha de Normas e Procedimentos Operacionais do Sistema Penitenciário do Estado de Rondônia desenvolvida pelo SINGEPERON (Sindicato dos Agentes Penitenciários e Sócios Educadores de Rondônia) e por fim, pesquisa de dados desenvolvida na Casa de Detenção do Município de Cacoal/RO.

Quadro 05: Demonstra o comparativo entre as atribuições pertinentes ao soldado da Polícia Militar (atribuições de presente no CBO) e do Agente Penitenciários do Estado de Rondônia (práticas desenvolvidas nas unidades prisionais) todas com relacionadas ao atendimento a ocorrências.

ATENDIMENTO A OCORRÊNCIAS	
Soldados da Polícia Militar	Agentes Penitenciários
Deslocar viatura para o local da ocorrência.	Pertinente ao presídio.
Levantar informações sobre infrator.	Dados sobre Apenados.
Transmitir informações coletadas sobre o infrator ou acidente à central de comunicação.	Transmissão de Ocorrências Para os superiores.
Tomar providências cabíveis no local da ocorrência.	Tomar providências cabíveis no local da ocorrência.
Elaborar documentos pertinentes à ocorrência.	Elaborar documentos pertinentes à ocorrência.
Arrolar testemunhas.	
Retransmitir dados da ocorrência.	

SOLUCIONAR OCORRÊNCIAS	
Reter veículos terrestres.	Dentro do perímetro prisional.
Apreender veículos terrestres.	
Interditar local da ocorrência.	Interditar celas e locais da ocorrência se necessário.
Verificar tipo de produto transportado em caso de Acidente.	Verificar tipo de produto transportado no perímetro prisional.
Coletar provas do ato criminal ou inflacionário.	Coletar provas do ato criminal ou inflacionário, ex: drogas, celulares.
Acionar auxílio para remoção de veículos.	Acionar órgãos competentes.
Apreender armamentos irregulares e entorpecentes.	Drogas, armas artesanais etc.
Prestar serviços assistenciais à comunidade.	Visita de familiares, cultos religiosos.
Elaborar histórico da ocorrência.	Livro de ocorrências.
Oficializar ministério público sobre atos de infrações.	Comunicação direta ao MP
Negociar ocorrências com reféns ou com suicidas.	Comuns em rebeliões e motins.
Manter infrator sob mira (atirador de elite).	Uso coercitivo de armamentos.

Fonte: Dados Coletados Via CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), Março/2016. Adaptado pelo autor.

Quadro 06: Demonstra o comparativo entre as atribuições pertinentes ao soldado da Polícia Militar (atribuições de presente no CBO) e do Agente Penitenciário do Estado de Rondônia (práticas desenvolvidas nas unidades prisionais) todas com relacionadas à Execução de Atividades Operacionais.

EXECUTAR ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Soldados da Polícia Militar	Agentes Penitenciários
Conduzir infrator ou criminoso à autoridade competente.	Condução de Apenados em ocorrência infracional.
Revistar presídio.	Rotina do ofício.
Realizar busca pessoal.	Revista pessoal em apenados.
Desarmar infrator.	Desarmar apenado infrator.
Combater tráfico de entorpecente.	Combater tráfico de entorpecente.
Municionar armas.	Municionar armas do sistema.
Desmunicionar armas.	Desmunicionar armas do sistema.
Impedir fugas.	Impedir fugas da unidade.
RESTABELECER ORDEM PÚBLICA	
Deter infratores.	Deter apenados infratores.
Prender infrator em flagrante delito.	Deter infrator em flagrante delito.
Invadir área prisional em rebelião.	Atuar na invasão prisional em rebelião.
Usar métodos repressivos para contenção de rebelião.	Usar métodos repressivos para contenção de rebelião.

Restabelecer ordem em estabelecimentos prisionais.	Restabelecer ordem em estabelecimentos prisionais.
Conter rebelião.	Conter e Controlar Rebeliões.
Retirar detentos de galerias.	Retirar detentos de galerias.
Auxiliar contagem de presidiários.	Realizar contagem de presidiários
CONTROLAR DISTÚRBIOS CIVIS	
Fracionar multidão.	Fracionar ou retornar banho de sol
Identificar elementos inflamadores.	Identificar apenados Líder.
Retirar elementos inflamadores de multidões.	Retirar após brigas e instigadores no banho de sol dos apenados.
Impedir avanço de multidões, torcidas e etc. a determinados locais.	Impedir brigas entre facções rivais.
Apoiar ocorrências de grande vulto.	Exemplo: mutirão carcerário.
Intervir em distúrbios com meios não letais.	Munição não letal disponibilizada.
Realizar varredura em presídios.	Realizar varredura no presídio.
Embrenhar-se em matas em busca de infratores.	Recaptura de foragidos.
GARANTIR CUMPRIMENTO DE MANDADO JUDICIAL	
Realizar buscas e apreensões.	Dentro das dependências prisionais.
Escortar transferência de detentos.	Escolta de detentos.
Acompanhar promotor público em averiguações de maus tratos ou abusos a crianças, adolescentes e idosos.	Acompanhar promotor público em averiguações de maus tratos a detentos
Acompanhar oficiais de justiça em entregas de intimações judiciais.	Acompanhar oficiais de justiça em entregas de intimações judiciais para apenados.
Realizar buscas e apreensões.	Realizar buscas e apreensões dentro do perímetro prisional.
Acompanhar oficiais de justiça em entregas de intimações judiciais.	Acompanhar oficiais de justiça em entregas de intimações judiciais.

Fonte: Dados Coletados Via CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), Março/2016. Adaptado pelo autor.

O poder de polícia encontrado neste comparativo (quadros: 05 a 06) por assemelhação entre os cargos e atividades apresentada é possível compreender de forma prática que poder de polícia atribuído e encontrado na Polícia Militar é o mesmo praticado pelos Agentes Penitenciários dentro das carceragens, sendo semelhantes em práticas, mas, distantes em divergem em critérios jurídicos.

Quanto à atuação da polícia, Cretella Jr. (1989, p. 263):

A Polícia é algo em concreto, é um conjunto de atividades coercitivas exercidas na prática dentro de um grupo social, o poder de polícia é uma “facultas”, uma faculdade, uma possibilidade, um direito que o Estado tem de, através da polícia, que é a força organizada, limitar as atividades nefastas dos cidadãos.

Condições gerais de exercício de acordo com Classificação Brasileira de

Ocupações (CBO. 2016):

Trabalham em corporações da polícia militar, como estatutários; atuam de forma individual ou em equipe com supervisão permanente; o ambiente de trabalho pode ser fechado, a céu aberto ou em veículos. O horário pode ser diurno, noturno ou em rodízio de turnos. Permanecem, durante longos períodos, em posições desconfortáveis, trabalham sob pressão, o que pode levá-los à situação de estresse. Podem trabalhar em grandes alturas e ficar expostos a materiais tóxicos, radiação e ruído intenso. Algumas vezes ficam aquartelados. Correm risco de perder a vida em sua rotina de trabalho.

Observando que as atividades previstas para o soldado da Polícia militar competem em forma ostensiva, mais atuante do que as descritas aos “vigilantes”, visto que em hipótese o universo prisional se daria apenas por vigilância e suprimento das necessidades básicas para com apenados, a fim, de sua condução a ressocialização. A manutenção da ordem ficaria em segundo plano com auxílio das forças de segurança a exemplo da PM que já tem em seus deveres o controle de distúrbios prisionais, mas nota-se com a evolução e aprimoramento do profissional de segurança penitenciária.

Esta inovação funcional decorreu após o ganho da tutela da administração dos presídios, antes pertencente à Secretaria da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC, cuja força policial se dá pela Polícia Civil, de onde vem a nomenclatura e o cargo de “carcereiro”, ainda usado em alguns estados da Federação.

Com advento de uma nova secretaria “SEJUS” (Secretaria de Justiça), passou-se a usar, a nomenclatura de “Agente Penitenciário do estado de Rondônia”, tendo como função básica de exercer vigilância, fazer cumprir as normas e regulamentos do estabelecimento penal.

A figura do Agente Penitenciário deixou de ser um cargo apenas e se tornou uma categoria onde se ramifica funções e atribuições, sempre em detrimento ao universo penitenciário, a exemplo: grupos de intervenções rápidas (GIR), serviço de operações especiais (SOE), grupo de operações penitenciárias (GOPE), serviço de escolta judiciária, serviço de escolta hospitalar além do serviço de inteligência penitenciária. Todas desenvolvidas por profissionais capacitados e treinados, mas sem uma definição jurídica a cerca das atribuições que se somaram às suas atribuições básicas.

Os Agentes Penitenciários detêm, além da incumbência de zelar, transportar e guardar os reclusos sobre suas competências, atribuições investigativas, sendo

que a estes está adstrita ao âmbito da unidade prisional, possibilitando o cometimento de crimes e infrações administrativas durante a execução da pena, no cárcere, permitindo se assim o conhecimento prévio de informações privilegiadas sobre a criminalidade, suas táticas, suas ambições e atividades, gerando, via de consequência, a proatividade e habilidade das ações policiais decorrentes destas informações.

Quadro 7: Demonstra os deveres do Agente Penitenciário presente na cartilha de normas e condutas redigidas pelo Sindicato dos Agentes Penitenciários e Socieducadores do Estado de Rondônia- SINGEPERON.

Deveres do Agente Penitenciário do Estado de Rondônia	
01	Manter e preservar a disciplina e a segurança da unidade.
02	Zelar pela integridade física e moral de todos os presentes na instituição.
03	Comunicar sempre com antecedência sobre possíveis atrasos ou faltas.
04	Apresentar-se ao serviço uniformizado.
05	Receber e transmitir de forma clara as ocorrências do plantão.
06	Se mantiver reservado no trato de assuntos e informações que possam se relacionar a segurança
07	Cooperar para o bom desempenho do trabalho.
08	Manter atitude, postura e comportamento profissional.
09	Cumprir todas as determinações previstas nos instrumentos legais.
10	Ter conduta na vida privada e profissional compatível com a função.
11	Sempre agir nas diversas ocorrências prisionais em sintonia com o plano de segurança estipulado.
12	Prezar pela manutenção de todo material, equipamentos ou instalações.
13	Sempre primar pelo respeito a todos: funcionários, presidiários e visitantes.

Fonte: Dados Coletados Via Cartilha do agente penitenciário. SINGEPERON. 2015. Adaptado pelo autor.

No quadro acima temos os deveres do agente penitenciário previsto em uma cartilha formatada pelo “SINGEPERON” (Sindicato dos Agentes Penitenciários e Sócios educadores do Estado de Rondônia) que buscou elencar preceitos que fortalecem a categoria unificando se assim de modo corporativo o setor, se antecipando as normas de condutas que é dever do Estado. Quando se compara o exercício da ocupação novamente com o soldado da polícia militar (PM) nota se mais similaridade, a exemplo da descrição obtida na CBO 0212 (2016, p. 10):

Descrição Sumária: realizam policiamento ostensivo preventivo fardado e atendem e solucionam ocorrências, executam atividades operacionais e policiamento reservado, restabelecem ordem pública, controlam distúrbios civis e garantem cumprimento de mandado judicial.

Quando se analisa esta descrição acima, mas sob a ótica do universo penitenciário, temos a função de ambos os cargos em perfeita similaridade já que os Agentes Penitenciários desenvolve rondas ostensivas a fim de prevenir delitos por parte dos apenados (além da sociedade na figura de visitantes, familiares, e demais que possam vir a cometer quais violações e segurança dentro e próximo ao perímetro da unidade), sempre desenvolve o ofício uniformizado (fardados), atendem e intermediam soluções decorrentes as ocorrências pertinentes ao ofício, executam atividades operacionais (a exemplo de distúrbios prisionais, motins, rebeliões, escoltas de alta periculosidade etc.) e policiamento reservado, a exemplo: serviço de inteligência e monitoramento de apenados em regime semiaberto e aberto, restabelecem ordem pública (brigas, distúrbios prisionais, motins e rebeliões), garantem cumprimento de mandado judicial, acompanhamento ao oficial de justiça dentro e fora da carceragem para que o mesmo possa cumprir o seu trabalho.

Decorrente a esta análise superficial nota se que o poder de polícia desenvolvido nas atividades cotidianas da Polícia Militar e do Agente Penitenciário se distingue por um ser de fato (agente) e outra de Direito (soldado), mas ambas se fundamentam no preceito básico “a bem do interesse público” como consta CTN. Art. 78.

Considera-se poder de polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Quanto às condições gerais de exercício desenvolvidas pelo soldado da Polícia Militar, muito também se assemelha a do Agente Penitenciário no seu desenvolvimento do plantão em sua jornada de trabalho, como pode se analisar pela descrição do na CBO 0212 (2016, p.10):

Trabalham em corporações da polícia militar, como estatutários; atuam de forma individual ou em equipe com supervisão permanente; o ambiente de

trabalho pode ser fechado, a céu aberto ou em veículos. O horário pode ser diurno, noturno ou em rodízio de turnos. Permanecem, durante longos períodos, em posições desconfortáveis, trabalham sob pressão, o que pode levá-los à situação de estresse. Podem trabalhar em grandes alturas e ficar expostos a materiais tóxicos, radiação e ruído intenso. Algumas vezes ficam aquartelados. Correm risco de perder a vida em sua rotina de trabalho.

Em análise temos o próprio CBO, traz “Condições Gerais de Exercício” pertinente ao cargo de guarda penitenciário mesmo vislumbrando o sentido “vigilante” da função, CBO 5173 (2016, p. 15):

[...]podem trabalhar em equipe ou individualmente, com supervisão permanente, em horários diurnos, noturnos, em rodízio de turnos ou escala. Trabalham em grandes alturas, confinados ou em locais subterrâneos. Estão sujeitos a risco de morte e trabalham sob pressão constante, expostos a ruídos, radiação, material tóxico, poeira, fumaça e baixas temperaturas.

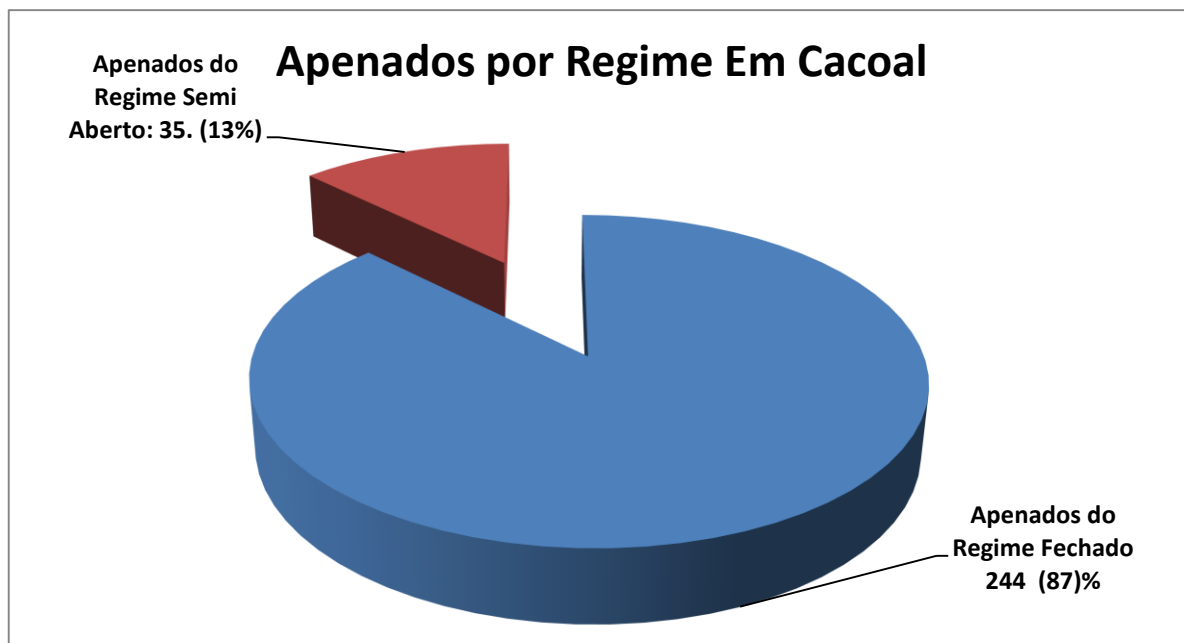
Como pode se notar, as condições gerais do exercício da profissão do Agente Penitenciário ficam muito resumidas em comparação a do soldado da polícia militar, já que o relator identifica o Agente Penitenciário como parte da família dos vigilantes profissionais cuja atuação atualmente se vincula mais ao setor privado como vigia de bens e valores, se distanciando do eixo central que se encontra atualmente o Agente Penitenciário que veicula a vigilância e manutenção de ordem e manutenção do vínculo para ressocialização de apenados.

3.2 DADOS OBTIDOS EM PESQUISA DE CAMPO NA CASA DE DETENÇÃO DE CACOAL/RO

No mês de março do ano de 2016, em entrevista e coleta de dados junto ao Diretor Administrativo da Casa de Detenção de Cacoal, para coleta de dados referentes aos Agentes Penitenciários lotados nesta unidade prisional, assim como, dos apenados que sofre pena de restrição de liberdade, a pesquisa objetivou se na compreensão do Poder de Polícia e sua real existência nas atividades prisionais desenvolvidas diariamente.

Sendo uma das 52 unidades prisionais do Estado à unidade de Cacoal abriga em média 280 apenados por mês, representando 0,321% da população total de Cacoal que segundo dados do IBGE (2016) é de 87.226 (estimados) habitantes em 2016.

O gráfico 06: Demonstra o percentual de presidiários (de ambos os sexos) por regime na Casa de Detenção de Cacoal, no mês de Março de 2016.



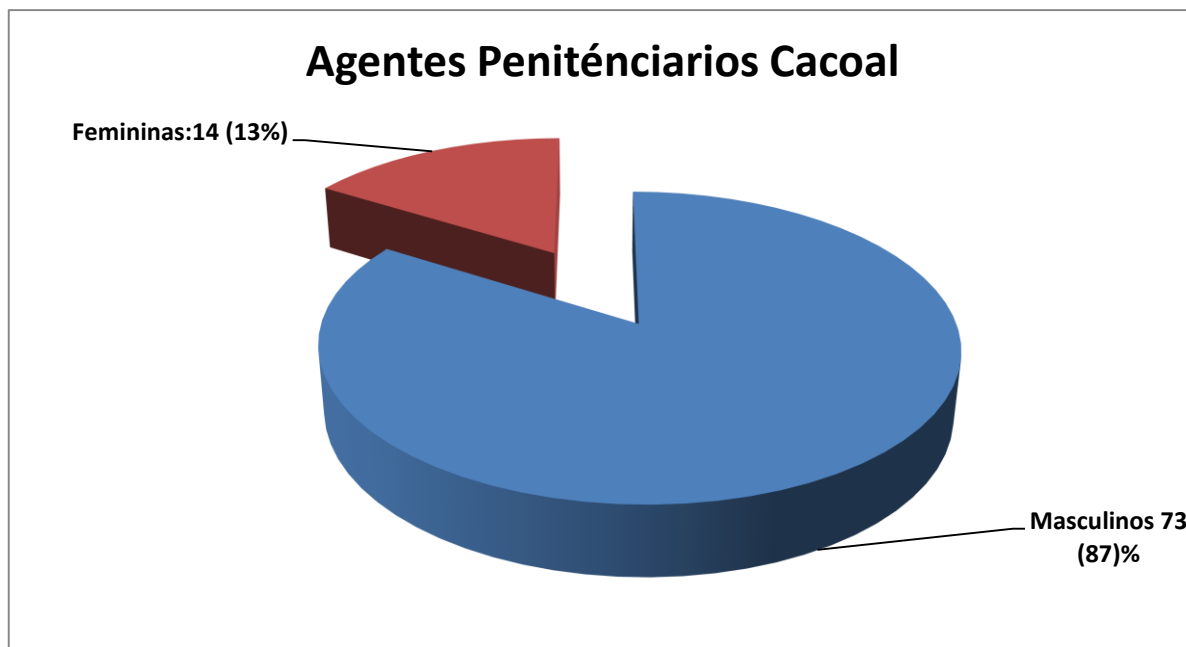
Fonte: Dados Coletados na Pesquisa de Campo na Casa de Detenção de Cacoal/RO 2016. Adaptado pelo autor.

A pesquisa na Casa de Detenção de Cacoal constatou dados que a mesma comporta em sua maioria apenados do regime fechado, ocupando celas de aproximadamente 20 m² de espaço físico e tendo em média 14 apenados: 1,42 m² para cada apenado.

O Estado tendo o conhecimento que prisões superlotadas são extremamente perigosas: aumentam as tensões elevando a violência entre os presos, tentativas de fuga e ataques aos agentes, uma parcela significativa dos incidentes de rebeliões, greves de fome e outras formas de protesto nos estabelecimentos prisionais do país sejam diretamente atribuídos à superlotação.

A individualização e a progressão de pena de cada preso é um pilar fundamental para vários dos elementos da Lei de Execução Penal. Isto significa primeiro, que o juiz deve analisar as circunstâncias individuais do acusado antes de determinar a sentença. Assim, por exemplo, a questão sobre se o preso é um reincidente ou um réu primário é relevante na determinação se ele será aprisionado em uma prisão de regime fechado, regime aberto ou prestará serviço comunitário.

O gráfico 07: Demonstra o percentual de Agentes Penitenciários, que se revessam nos plantões, setores administrativos, escoltas judiciais e escoltas hospitalares.

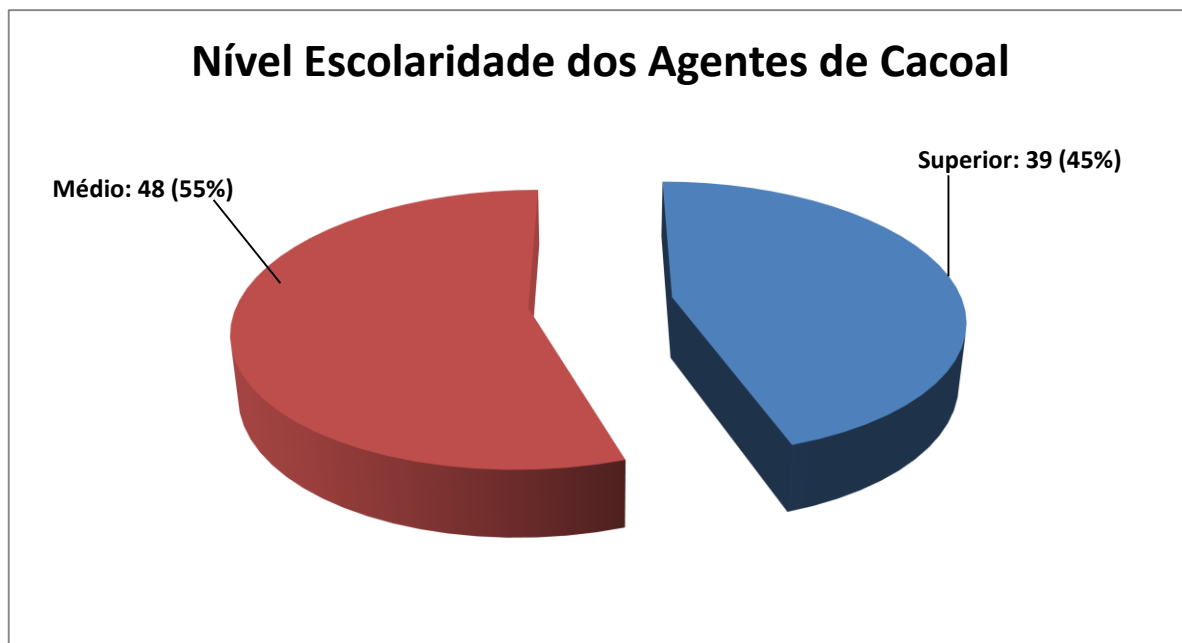


Fonte: Dados Coletados na Pesquisa de Campo na Casa de Detenção de Cacoal/RO 2016. Adaptado pelo autor.

Como apresentado no gráfico 06 o número de apenados em sua totalidade chega em 279, comparando com o número de agentes que atuam por plantão (média de 12 agentes) tem-se 1 (um) agente para 23,25 apenados, isso por que dos 87 do total tem-se 27 agentes em funções: administrativas, escoltas e outras atividades importantes para a manutenção da ordem em todos os aspectos do sistema prisional, permitindo-se assim não só o cerceamento da liberdade mas a expectativa da ressocialização.

Quando analisado os números do sistema prisional de Rondônia, a proporcionalidade na custódia é de um agente penitenciário para cada grupo de 4,5 presos, informação que consta de um relatório de 180 páginas publicado pelo Departamento Penitenciário Nacional (INFOPEN, 2016) a média leva em consideração o percentual do número total de agentes penitenciários pela quantidade de presos, mas desconsidera os números de agentes que atuam em outras funções longe das carceragens, no Brasil, há em média, oito pessoas presas para cada agente de custódia, esta proporção não atende à Resolução nº 9, editada em 2009, pelo CNPCP. De acordo com a resolução, a proporção mínima desejável é de um agente para cada cinco presos.

O gráfico 08: Demonstra o Nível de Escolaridade dos Agentes Penitenciários lotados na Casa de Detenção de Cacoal.



Fonte: Dados Coletados na Pesquisa de Campo na Casa de Detenção de Cacoal/RO 2016. Adaptado pelo autor.

Por meio dos dados coletados nesta pesquisa, é possível observar o perfil do Agente Penitenciário lotado em Cacoal, onde demonstra um padrão seguido por todo Estado de Rondônia, profissionais capacitados de nível intelectual acima da média de outras categorias, (45% com graduação em vários cursos sendo a maioria destes no curso de Direito), deixando para trás o estereótipo do profissional mal educado sem formação ou qualificação “carcereiro” como eram chamados, fazendo alusão aos guardas dos calabouços masmorras da Idade média.

Como apresentado no gráfico 06 o número de apenados em sua totalidade chega em 279, comparando com o número de agentes que atuam por plantão (média de 12 agentes) tem-se 1 (um) agente para 23,25 apenados, isso por que dos 87 do total tem-se 27 agentes em funções: administrativas, escoltas e outras atividades importantes para a manutenção da ordem em todos os aspectos do sistema prisional, permitindo-se assim não só o cerceamento da liberdade, mas a expectativa da ressocialização.

No quadro 08: Tem se a movimentação de Apenados na Casa de Detenção de Cacoal-RO no ano de 2015.

MOVIMENTAÇÃO DE APENADOS EM 2015	
ENTRADA	644
ALVARA DE SOLTURA	264
LIVRAMENTO CONDICIONAL	30
LIBERDADE PROVISÓRIA	94
EM TRÂNSITO	03
SEMIABERTO	91
REGIME ABERTO	56
FUGA	17
RECAPTURADOS	07
FALECIMENTO	02
TRANSFERIDOS	87
SAÍDA TEMPORÁRIA	10
PRISÃO DOMICILIAR	58
PENA ALTERNATIVA (internação)	03
FIANÇA	0
TRABALHO EXTERNO	75

Fonte: Dados Coletados Via GESPEN-CACOAL-RO 2016. Adaptado pelo autor.

Quando se analisam os números de ocorrências decorrentes as atividades dentro de uma unidade penitenciária do Estado de Rondônia a exemplo: semiabertos, casa de detenção com relacionadas ao ano de 2016. Nos últimos 12 meses (13-04-2016 a 13-04-2016) somente na Casa de Detenção de Cacoal foram registrados 8.226 ocorrências internas, 7.138 ocorrências específicas para apenados, 641 movimentação de apenados, seja transferência ou entrada, sendo uma média ao ano de 287 apenados que cumprem pena na unidade ano.

Somente no mês de março de 2016, foram desenvolvidas: 180 escoltas para atendimentos em unidades hospitalares do município; 35 escoltas para consulta médicas dentro das dependências da unidade; 694 escoltas internas para atendimentos com: enfermeiros plantonistas, odontólogos, assistente social.

Estes números traduzem o itinerário prisional, compondo se um fluxo de atividades meio e atividades fins, ambas desenvolvidas pelos agentes, contrapondo se assim a ideia de atividade de único vínculo ressocializador e compondo-se uma atividade de vigilância.

Entre estas atribuições estão: manter a ordem, disciplina, custódia e

vigilância a detentos nas unidades prisionais, bem como externo as unidades em escolta armada para audiências judiciais, atendimento médico, velório, IML, além de serviços de natureza policial como apreensões de ilícitos, revistas pessoais em detentos e visitantes, veículos que adentram a unidade, materiais e celas, assim como em movimentações diversas para canteiros de trabalho, escola, setores de enfermagem, dentista, psicologia, assistência social e jurídica.

As premissas da lei 7.210/84 (LEP) e seu caráter individualizador e ressocializador da pena são requisitos fundamentais para nortear o trabalho do agente penitenciário. Com efeito, ele participa da vida social do reeducando, tendo por missão contribuir de maneira significativa na reinserção social deste, contudo, não fica de maneira clara para o agente penitenciário por parte dos que administram as unidades prisionais, o seu papel ressocializador a ser desenvolvido, restando de maneira comprovada pelos números anteriormente expostos as atividades correlacionadas à vigilância de vínculo policial, mesmo sem a devida legalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho mostrou-se, mediante pesquisas: bibliográfica, de Campo e virtual, uma breve introdução ao poder de polícia encontrado e praticado pelos integrantes da segurança pública em previsão pelo código 144 da Constituição Federal, conceito este descrito no art. 78, do CTN que de forma resumida se define como sendo a faculdade que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo dos bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado, sendo este poder encontrado e fundamentado no dever que a Administração tem que dar em cumprimento às leis e a supremacia do interesse público sobre o privado.

Sendo analisados alguns conceitos sobre o mesmo, seus limites, sua atuação, finalidade, características e sua existência ou não em outros órgãos públicos além dos já previstos na Constituição, por meio do uso do princípio da proporcionalidade direcionado ao poder de polícia no ambiente prisional por meio da análise, observaram-se as similaridades entre as atividades desenvolvidas pelos Soldados da Polícia Militar do Estado de Rondônia e as atividades práticas desenvolvidas pelos Agentes Penitenciários dentro do sistema prisional.

Para alcançar o objetivo de manter a ordem e o bem estar social, foi conferido a Administração Pública os atos de poder de polícia, com características que auxiliam no controle e manutenção da sociedade, dentre as características se encontram: autoexecutoriedade, na qual a administração pública inflige sua vontade através de medidas ou sanções indispensáveis para coibir a desordem na sociedade, assumindo decisões que não precisam da resolução do poder judiciário para ser realizada, como apreensões e interdições; e na segunda característica sendo a discricionariedade presente na maioria dos atos do poder de polícia. Assim como os meios de controle administrativo e judiciário do ato de polícia servem para

evitar o abuso de poder, que possa vir a ser empreendido pelo agente público quando da prática desse ato.

A coercibilidade presente no ato do poder de polícia decorre desta “coerção” esta expressa nas medidas autoexecutórias da Administração Pública, sendo assim, a coercibilidade é indissociável da autoexecutoriedade, esta medida da polícia é dotada de força coercitiva sobre o indivíduo, modelo presente no trabalho desenvolvido pelo Agente Penitenciário do Estado de Rondônia, que atua sob códigos, manuais e cartilhas que não validão por completo suas ações, promovendo se assim um vazio jurídico a cerca da legalidade de suas ações frente aos apenados, já que a profissão ramifica da família dos “vigilantes”, segmento este destinados a vigilâncias patrimoniais, o que foge da essência dos Agentes Penitenciários, que além do patrimonial está a vigilância intramuros (policiamento intramuros) e a vigilância aos presidiários e suas necessidades de ressoalização.

O poder de polícia encontrado nas atividades desenvolvidas dentro do sistema prisional, por meio da pesquisa desenvolvida se compara em tese com o mesmo atribuído e praticado pelo soldado da polícia militar, usa-se o “em tese” pelo fato da Secretaria de Justiça do Estado de Rondônia não fazer parte da segurança pública, não sendo assim, reconhecido o trabalho policial do agente, mas sendo reconhecida a existência do poder de polícia pela lei federal 13.190/2015 (Lei Ordinária) de 19/11/2015, que torna indelegável o poder de polícia em certas práticas pertinentes ao setor prisional, exemplo à escolta de apenados que só pode ser realizada por Agentes Penitenciários.

Conclui-se então, que o poder de polícia não é limitado, podendo existir no âmbito prisional sem que a atividade do agente penitenciário esteja enquadrada na segurança pública.

REFERÊNCIAS

ANDREW, Coyle. **Administração penitenciária: uma abordagem de direitos humanos: manual para servidores penitenciários** 2002. Disponível em: <http://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/portugese_hanbook.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2016.

BRASIL. **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE ADI 236/RJ**, Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=266262>>. Acesso em: 05 mar 2016.

BRASIL. **CBO (Classificação Brasileira de Ocupações). Ministério do Trabalho**. Disponível: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/ResultadoFamiliaDeScricao.jsf>>. Acesso em :11 abr. 2016.

BRASIL. **Constituição do Estado de Rondônia**. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70438/CE_Rondonia.pdf?sequence=14>. Acesso em: 05 mar. 2016.

BRASIL. INFOPEN: **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Junho de 2014. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

BRASIL. GESPEN :**GERÊNCIA GERAL DO SISTEMA PENITENCIÁRIO**. Disponível em <<http://www.rondonia.ro.gov.br/sejus/institucional/gespen/infopen/2013-infopen/>> Acesso em: 05 mar. 2016.

BRASIL. Constituição Federal. **Vade Mecum compacto Saraiva**. 15. ed. atual e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRASIL. Código Civil. **Vade Mecum compacto Saraiva**. 15. ed. atual e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013.

CARVALHO, Juliana de Campos; RODRIGUES, Rosângela de Souza. **O**

Adoecimento Psíquico Do Agente Penitenciário e o Sistema Prisional: Estudo de Caso - Sete Lagoas. EnANPAD. 2011.

CUNHA, Anne Clarissa Fernandes de Almeida. **Poder de Polícia: Discrecionalidade e limites** 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8930>. Acesso em: 02 abr. 2016.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Manual de Direito Administrativo:** curso moderno de graduação. 5. Ed. Rio de Janeiro, Forense, 1989.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo.** 14. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

FARIA, Edimur Ferreira de. **Curso de Direito Administrativo Positivo.** 3 ed., rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

GASPARINI, Diogenes. **Direito administrativo.** São Paulo, Saraiva, 2005.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri. **Dicionário Técnico Jurídico.** 6. ed. São Paulo: Rideel, 2004.

_____. **DECRETO 3.706, de 29 de Abril de 1.924.** Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=133508>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

_____. **EDITAL nº 367/2010 da SEJUS – RO.** Disponível em: <<https://arquivo.pciconcursos.com.br/arquivo/1054551.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

_____. **LEI COMPLEMENTAR Nº 02, de 24.12.84,.** Disponível em: <<http://cotel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/detalhes.aspx?coddoc=101>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

_____. **LEI Nº 13.190, de 19 de NOVEMBRO de 2015.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13190.htm>. Acesso em: 05 mar. 2016.

_____. **LEI Nº 5.172 de 25 de Outubro de 1966.** Código do Tribunal de Contas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm>. Acessado em: 05 mar. 2016.

_____. **LEI COMPLEMENTAR nº 304 de 14 de Setembro de 2004**, Disponível em: <<http://cotel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/LC304.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

_____. **LEI DE EXECUÇÕES PENAIS (LEP) nº 7210/84**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L7210.htm>. Acesso em: 05 mar. 2016.

_____. **LEI Nº 8.906, De 4 DE JULHO De 1994**. Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8906.htm> Acesso em: 05 mar. 2016.

_____. **LEI N.º 12.993/2014**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12993.htm>. Acesso em: 08 mar. 2016.

_____. **LEI 13.190/2015 de 19/11/2015**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13190.htm>. Acesso em: 08 mar. 2016.

_____. **LEI 13.190/2015 de 19/11/2015**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13190.htm>. Acesso em: 08 mar. 2016.

_____. **PORTARIA nº 520/gab/sejus de 10 de Março de 2014**. Disponível em: <http://www.diop.ro.gov.br/data/uploads/2014/03/Doe_-_10_03_2014.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2016.

_____. **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO. PEC 308/2004**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=261742>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

_____. **RESOLUÇÃO Nº 9, de 2009, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária**. Disponível em: <<http://www.criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/ExecucaoPenal/CNPCP/2011.resolucaoCNPCP08.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

_____. **RESOLUÇÃO Nº 23.461, de 15 de Dezembro de 2015**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2015/RES234612015.html>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

IBGE, Cidades Estatísticas. Cacoal: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=110004>> Acesso em mar. 2016.

LOPES, Rosalice. **Psicologia jurídica o cotidiano da violência: o Trabalho do agente de segurança penitenciária nas instituições prisionais**, 1998, Disponível em: <http://psicolatina.org/Uno/psicologia_juridica.html>. Acesso em: 06 mar. 2016.

MARTINS, Flavia André da Silva. **O Poder de Polícia**. 2006. Disponível em:

<<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2634/O-poder-de-polícia>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MELLO, CELSO Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de direito penal: parte geral**. 5º ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. **Punição, encarceramento e Construção de Identidade Profissional entre Agentes Penitenciários**. São Paulo. Ed. Ibccrim. 2005.

SOARES, Renato Soares de. 2010. **Agente Penitenciário Servidor Público Civil Policial**. Disponível em: <<http://www.agepensc.com/2010/11/agente-penitenciario-servidor-publico.html>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

TÁCITO, Caio. **Direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 1975.

THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

OBRAS CONSULTADAS

BORITZA, Ozana Rodrigues. **Qualidade de Vida no Trabalho do Agente Penitenciário na Casa de Detenção do Município de Rolim de Moura-Rondônia.** 2013. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado) Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais (FEAD), Horizonte, 2013.

PAIXÃO, Antônio Luiz. **Recuperar ou Punir?** Como o Estado trata o Criminoso. São Paulo: Ed. Cortez. 1991.

APÊNDICE

PESQUISA DE CAMPO, CASA DE DETENÇÃO DE CACOAL - RO.**Número de Apenados.**

Regime Fechado Masc/:_____.Fem/:_____.

Regime c Semiaberto Masc/:_____.Fem/:_____.

Número de Agentes Penitenciários Lotados.

Masc/:_____Fem/:_____.

Nível de formação dos Agentes

Médio:_____.Superior:_____.

Número de Ocorrências.

Escortas para atendimentos em unidades hospitalares do Município:_____.

Escortas para consulta médicas dentro das dependências da unidade:_____.

Escortas internas para atendimentos com enfermeiros plantonistas; odontólogos, assistente social e administrativo:_____.

Ocorrências internas:_____.

Ocorrências específicas para apenados:_____.

Movimentação de apenados seja transferência ou entrada:_____.

MOVIMENTAÇÃO DE APENADOS EM 2015	
ENTRADA	
ALVARA DE SOLTURA	
LIVRAMENTO CONDICIONAL	
LIBERDADE PROVISÓRIA	
EM TRÂNSITO	
SEMIABERTO	
REGIME ABERTO	
FUGA	
RECAPTURADOS	
FALECIMENTO	
TRANSFERIDOS	
SAÍDA TEMPORÁRIA	
PRISÃO DOMICILIAR	
PENA ALTERNATIVA (internação)	
FIANÇA	
RELAXAMENTO DA PRISÃO	
INDULTO	
TRABALHO EXTERNO	

Diretor Adm/: Alisson Moura _____ Cacoal -março – 2016